

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS (PPGPP)
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

ISAAC CARMO CARDOZO

**MONITORAMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: O PROGRAMA
DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) NO MUNICÍPIO DE
SÃO BORJA/RS**

**LINHA DE PESQUISA: ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM ÁREA DE
FRONTEIRA**

**São Borja /RS
2019**

ISAAC CARMO CARDOZO

MONITORAMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira

**São Borja /RS
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

868 Cardozo, Isaac Carmo

Monitoramento de Política Pública: O Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD) NO município de São Borja / Isaac Carmo Cardozo.

78 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pampa, POLÍTICAS PÚBLICAS, 2019.

"Orientação: Carmen Regina Dorneles Nogueira".

1. Políticas Públicas. 2. PROERD. 3. Segurança Pública.

ISAAC CARMO CARDOZO

MONITORAMENTO DE PÚBLICA DE SEGURANÇA: O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA AS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30 setembro de 2019.

Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Carmen Regina Dorneles Nogueira
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Muriel Pinto
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho para todos os instrutores do PROERD, em especial aos Soldados Bruna, Curtis, Motta, Sagas e Valmor, policiais militares abnegados e que dia após dia, fazem a diferença para os alunos e suas famílias, dando lhes mais qualidade de vida e cidadania, aproximando a polícia da comunidade gaúcha, agindo eminentemente no trabalho da prevenção primária.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado o dom da vida e de chegar até aqui, sendo o meu socorro nos momentos de dificuldades. A minha amada esposa Vânia, por todo apoio durante o mestrado, por sua paciência e cuidado; ao meu amado filho Isaac Henrique, o motivo de continuar estudando para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para ele viver.

Aos meus amados pais, Agnelio Cardozo e Maremi Carmo Cardozo, por me educarem da melhor forma, aos meus sogros Glênio e Tania pelo apoio.

As minhas irmãs Vânia e Daiane por fazerem parte da minha história de vida.

Todos os meus familiares, amigos que compreenderam os momentos de ausência.

Aos meus comandantes: Maj Anibal Silveira, Tenente Coronel Ubirajara Lara e Major Hélio Silva Junior pela confiança de estar na frente da coordenação do PROERD do 2ºBPAF.

A distinta banca, formada pelos professores Muriel Pinto e Ronaldo Colvera, pessoas maravilhosas que enriqueceram o meu caminhar.

A minha professora orientadora Carmen, pela paciência e dedicação em me orientar, sou grato por tudo.

Aos meus colegas de mestrado, Larissa, Jessica e Bruno, colegas e amigos de gargalhadas. Eufrásia, Paula, Cibele pelo apoio. Aos amigos que a Unipampa me proporcionou Marilice Cortes e Ewerton Ferreira, que contribuíram muito para chegar até aqui.

A coordenação do PROERD RS, Cel. Ricardo, Tenente Coronel Cilon, Cap. Micheli, Sgt Paulo Ricardo e Sd Aline Taís Taube, pela prontidão em atender as minhas solicitações. E aos proerdianos que cruzaram a minha vida, Sd Bruna, Sd Curtis, Sd Motta, Sd Sagas e Sd Valmor, a melhor equipe que tive, aprendi muito com vocês. Continuem firmes nesta nobre missão.

“Tudo posso naquele que me fortalece”

Filipenses 4:14

RESUMO

O uso indevido de drogas tem se constituído em uma real ameaça à humanidade, nesse sentido as polícias militares vem desenvolvendo ações voltadas para a redução da demanda e de oferta de drogas, respectivamente, ou seja, programas educacionais voltados à prevenção de drogas e ações repressivas no combate às drogas, como o Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência. Esse programa consiste em uma política pública de caráter preventivo, atuando junto às escolas através de aulas em que o policial militar interage com os alunos através de 10 encontros, alertando dos riscos inerentes ao uso de drogas, bem como dá violência decorrente. No município de São Borja o PROERD vem sendo aplicado desde 2002 com vistas a diminuição da criminalidade e da violência a partir de ação conjunta entre a escola, família e polícia militar que, através de seus instrutores ministram aulas a alunos do ensino fundamental (5º e 7º ano, na faixa etária dos 9 anos e 14 anos) em 10 encontros através dos quais buscam prevenir e reduzir o uso de drogas e sua consequente violência na comunidade escolar. Assim o presente trabalho teve por objetivo avaliar e monitorar a política pública desenvolvida pela Brigada Militar de São Borja, através do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência – PROERD, junto às escolas do município. Para tanto foi realizada pesquisa com abordagem quali-quantitativa utilizando os meios bibliográficos, documental e de trabalho de campo com aplicação de questionário aos alunos do 6º, 7º e 8º da Escola Municipal Duque de Caxias e do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, ambas as escolas foram escolhidas por se localizarem em regiões em que os índices referentes ao crime de homicídio foram elevados no ano de 2017. Como resultado constatou-se que os alunos que participaram das atividades do PROERD sentem-se mais seguros e confiantes para enfrentar os assuntos relacionados às drogas. Além disso constatou-se que a partir da participação no programa os alunos passaram a ver o policial militar com uma outra visão e passaram a respeitar a Brigada Militar.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. PROERD. Segurança Pública.

ABSTRACT

The misuse of drugs has been a real threat to humanity, in this sense the military police are developing actions aimed at reducing the demand and supply of drugs, respectively, ie educational programs aimed at drug prevention and repressive actions. in the fight against drugs, such as the Drug Resistance and Violence Educational Program. This program consists of a preventive public policy, working with schools through classes in which the military police officer interacts with students through 10 meetings, warning of the risks inherent in drug use, as well as the resulting violence. In the municipality of São Borja PROERD has been applied since 2002 with a view to reducing crime and violence through joint action between the school, family and military police who, through their instructors, teach classes to elementary school students (5th and 7th grade, aged 9 to 14 years) in 10 meetings through which they seek to prevent and reduce drug use and its consequent violence in the school community. Thus the present work aimed to evaluate the public policy developed by the Military Brigade of São Borja, through the Educational Program of Drug Resistance and Violence - PROERD, with the schools of the municipality. To this end, a qualitative and quantitative research was carried out using the bibliographic, documental and fieldwork means with questionnaire applied to the students of the 6th, 7th and 8th of the Duque de Caxias Municipal School and the Padre Francisco Garcia State Institute. Both schools were chosen because they are located in regions where homicide rates were high in 2017. As a result, it was found that students who participated in PROERD activities feel safer and confident in facing drug issues. Moreover it was found that from the participation in the program students began to see the military police with another view and began to respect the Military Brigade..

Keywords: Public Polices. PROERD. Public Securit

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Subfatores que influenciam o uso e abuso de drogas.....	27
Figura 2 – Locais onde ocorreram homicídios em São Borja no ano de 2017.....	38
Tabela 1 – Indicadores Criminais de São Borja	39
Tabela 2 – Lições aplicadas no PROERD aos alunos do 5º ano	44
Tabela 3 – Lições livro do estudante do 7ºano.....	45
Figura 3 – Dois momentos da Formatura PROERD 2018	46
Tabela 4 – Disciplinas que integram o curso de formação de instrutor do PROERD.....	47
Figura 5 – Soldado PROERD ministrando aulas.....	49
Tabela 5 – Quantitativo de escolas e de municípios agraciados pelo PROERD – entre 2009 a 2017	50
Tabela 6 – Quantitativo de alunos participantes do PROERD – entre 2009 a 2017	51
Figura 6 – Equipe PROERD 2017.....	51
Figura 7 – Seminário do Proerd em 2017 em Porto Alegre	52
Tabela 7 – Indicadores de participantes do PROERD em São Borja.....	53
Figura 8 – Troféu Destaque 1ºLugar Proerd Estadual	54
Figura 9 – Coordenador do PROERD de São Borja recebendo o Troféu Destaque em Porto Alegre	54

LISTA DE ABREVIATURAS

BM – Brigada Militar

BPAF – Batalhão de Área De Fronteira

C.F – Constituição Federal

CRPO/FO – Comando Regional de Policiamento Ostensivo da Fronteira Oeste

D.A.R.E. – *Drug Abuse Resistance Education*

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

LAUSD – Distrito Escolar Unificado de Los Angeles

LAPD – *Los Angeles Police Departmente*

OMS – Organização Mundial de Saúde

PM – Policia Militar

PROERD – Programa Educacional de Resistência à Violência e às Drogas

SSP/RS – Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA	15
2. 1. POLÍTICAS PÚBLICAS	18
2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	21
2.2 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	23
2.3 A CRIMINALIDADE E SUAS CAUSAS.....	26
2. 4. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA UTILIZADAS PELA BRIGADA MILITAR	28
2.5 JUVENTUDE.....	31
2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO:	33
3. METODOLOGIA.....	37
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
4.1 BRIGADA MILITAR E O PROERD	41
4.2 A FORMAÇÃO DO INSTRUTOR	47
5 INDICADORES DO PROERD NO RIO GRANDE DO SUL	50
5.1 IMPACTO DO PROERD NA COMUNIDADE EDUCATIVA	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	78

1. INTRODUÇÃO

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) constitui-se em uma política de segurança pública originária dos Estados Unidos. Foi implantada há mais de vinte e cinco anos, no Rio de Janeiro pela Polícia Militar. Desde então a partir de 1992 vem sendo aplicado pelas polícias militares de todo Brasil. Consiste em uma política preventiva baseada em ações conjuntas entre escola, família e a polícia militar na busca da redução da demanda e da oferta de drogas e é efetivado a partir de instrutores militares que passam curso de formação que os tornam aptos a alertar os alunos sobre os riscos inerentes ao uso de drogas bem como a violência decorrente do mesmo.

Nesse contexto, o presente trabalho teve por objetivo geral avaliar e monitorar o impacto do PROERD no município de São Borja. Município este que é reconhecido como o primeiro dos Sete Povos Missionários, uma região que faz fronteira com a Argentina, de origem Guarany colonizado por espanhóis e portugueses. Segundo dados do IBGE possui uma população estimada em 60.282, tendo como religiões predominantes de Católicos e Evangélicos. Em relação ao trabalho o salário mensal é de 2,2 salários mínimos. A taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade é de 97,5%. Na economia possui um PIB per capita de R\$ 26.740,40. Apresenta uma mortalidade infantil de 10,94 óbitos por mil nascidos vivos. Possui uma área territorial de 3.616,690 km².

Como objetivos específicos buscou-se: Conhecer as opiniões dos alunos que participaram do PROERD a respeito de identificar os limites e potencialidades do PROERD; Oferecer subsídios para futuros programas de prevenção e à violência nas escolas; Contribuir para o melhoramento da aplicação do PROERD junto às escolas do município; Verificar se os alunos mudaram a relação de confiança com a PM, após receberem instruções do PROERD; e Avaliar se os alunos consideram que o programa atinge o nível de efetividade proposto em sua matriz curricular;

Para a sua consecução realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo com aplicação de questionários aos alunos do 6º, 7º e 8º ano do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia e Escola Municipal Duque de Caxias, escolas localizadas em região de alto índice de criminalidade. A distribuição da pesquisa segue da seguinte maneira.

Segundo capítulo trás conceitos gerais e revisão da literatura, com a definição de políticas públicas, políticas públicas de segurança pública, a criminalidade e suas causas,

políticas de segurança públicas utilizadas pela Brigada Militar, definição de juventude, políticas públicas de prevenção com seus conceitos e definições.

No terceiro capítulo vamos tratar da metodologia aplicada na presente dissertação, contendo os objetivos e justificativas do presente trabalho.

No quarto capítulo trataremos da apresentação da pesquisa e análise dos resultados, com a definição da Brigada Militar e o PROERD, formação do instrutor, indicadores do PROERD no Rio Grande do Sul, o impacto do PROERD na comunidade de São Borja.

Finalizando com o resultado da pesquisa e considerações finais da presente dissertação.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DA LITERATURA

A grave crise na Segurança Pública, que hoje tem sido uma das grandes preocupações dos gestores públicos, não se refere exclusivamente as forças policiais, e sim um não agir do Estado, frente às necessidades básicas da população e o aumento das desigualdades sociais. As políticas de Segurança Pública são poucas se comparado às décadas de ausências dessas. A aplicação de políticas públicas não está relacionada somente ao aumento do efetivo policial, aquisição de viaturas, investimento em equipamentos, mas sim em investimento para a diminuição da desigualdade social, que tem sido um dos combustíveis para o aumento da violência, dentre muitos outros problemas sócias.

Portanto a observância do respeito e a busca para que todas as pessoas vivam em condições dignas está no respeito aos seus direitos que estão alicerçados na norma jurídica nacional e internacional. A busca por direitos é histórica, bem como a evolução dos direitos, passando por momentos importantes para a solidificação de uma busca de cidadania. Precisamos compreender e distinguir os conceitos referentes aos direitos humanos e aos direitos fundamentais. Ingo Sarlet (2017) destaca que os direitos fundamentais, são também direitos humanos, pois tem como titular o ser humano e define que:

Direitos fundamentais se aplica aqueles direitos (em geral atribuídos a pessoa humana) reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo e determinado pelo Estado, ao passo que a expressão direitos humanos guarda relação com os documentos do direito internacional, por referir-se aquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portam, aspiram à validade universal, para todos os povos e em todos os lugares, de tal sorte que revelam um caráter supranacional (internacional) universal (SARLET, 2017, p. 303).

Discutir alternativas de aplicação de Segurança Pública muitas vezes requer a análise de pesquisas do perfil socioeconômico de determinadas regiões, para se planejar estratégias eficazes para reverter índices negativos que são diariamente divulgados na mídia. O nosso cotidiano tem demonstrado alguns investimentos na área de Segurança Pública, que são meramente demagógicos, baseado nas emoções populares, resultante de mortes violentas, aumento de roubos e furtos. Assim o Estado se submete a lógica de tratar o crime objetivamente, esquecendo-se de agir racionalmente, através de inteligência e prevenção.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2011) afirma que as políticas de segurança pública do Brasil estão na contramão de programas internacionais, pois está o Brasil busca diminuir a violência com emprego de força, de modo a frear o avanço da

criminalidade em curto prazo, esquecendo de trabalhar políticas a longo prazo. Dentre as muitas críticas dos pesquisadores está a falta de inteligência e estratégica de órgãos federais especializados na produção de programas contra a violência, priorizando a atuação ostensiva. Este documento do IPEA relata que nos países que houve a diminuição da violência houve o investimento em dois pilares, numa polícia inteligente se antecipando as ações delituosas e em ações preventivas e focalizadas em crianças e jovens. Em São Borja, a polícia militar tem se baseado nestes dois pilares, tem apresentando dados que comprovam que embora tendo um efetivo pequeno, tem aplicado suas ações com inteligência e prevenção, estas estratégias policiais aplicadas em São Borja varia conforme cada comandante. Pois o atual comandante utiliza-se desta forma de emprego no policiamento.

Portanto a prevenção tem seu embasamento legal, na Constituição Federal de 1988, justificando a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD por policiais militares:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (BRASIL, 1988, s/p).

Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, portanto quando se fala em políticas pública de segurança existe o arcabouço legal de estar previsto na constituição federal através da preservação da ordem pública, como bem explicita o artigo 144 da Constituição Federal.

Mas temos o devido conhecimento que a ordem pública que almejamos, precisa ser buscada pelas instituições de segurança pública através de políticas que realcem a prevenção de crimes, principalmente nas crianças e jovens. Portanto a busca pela a dignidade através da segurança pública é um direito fundamental, prescrito em nossa Constituição Federal e que deve ser o uns dos princípios da aplicação de políticas de segurança pública.

Como trata-se de uma pesquisa que busca avaliar e monitorara uma política pública preventiva, que procura coibir a violência, precisamos ter uma definição que a violência trata-se de um fenômeno complexo, sendo que diversos fatores se associam, manifestando de diferentes maneiras. Apontar os fatores não é uma tarefa fácil devida sua intensidade de

oscilação, pois quando estes fatores estão agindo conjuntamente produzem o fenômeno da violência. Mas é possível buscarmos entender a violência através dos fatores que influenciam, para que desta forma se possa interpretar a fim de diminuí-la. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência é o resultado da ação recíproca e complexa de fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais.

Dentre as variedades de conceitos de violência, o autor Michaud define:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 119).

Falar de violência no âmbito dos jovens é discutir o assunto que se tornou o centro da preocupação da sociedade e conforme Abramo (2014) o tema que mais tem sido cobrado resultados pela a população, sendo que a violência juvenil é um dos temas que mais preocupa os jovens. No início do século XXI a violência era fator que mais preocupava a juventude nos dias atuais (RIBEIRO, LÂNES, CARRANO, 2005).

Ao se conceituar violência há uma dificuldade quando se trata de juventude, pois está na maioria das vezes elencada diretamente com o estilo de vida ou o convívio social e familiar do jovem na sociedade. A violência juvenil começa dentro do convívio familiar, sendo este ambiente fatores preponderantes para o desenvolvimento saudável de uma criança até a fase juvenil e adulta, protegendo-a inclusive dos problemas que a mesma poderá enfrentar diariamente (AVANCI, 2009).

Faz-se necessário investigar o núcleo familiar e a sua forma de vida diária do jovem e adolescente para verificar quais são as suas perspectivas com relação aos seus sentimentos e valores tanto no convívio familiar quanto na sociedade, para desta forma traçar a realidade vulnerável que cada jovem está inserido. Nesse sentido, Soares (2014, p. 36) descreve que o crescimento da violência tem mobilizado discussões no meio acadêmico e nos diferentes âmbitos da sociedade civil, colocando o tema de violência juvenil na prioridade na agenda pública das políticas governamentais e no âmbito das pesquisas sociais.

Desde o ano de 2011, estudos revelam o crescimento demasiado da violência juvenil no país, ocupando no ano citado a sexta posição no ranking mundial de homicídios, tanto da população de modo geral, quanto da população jovem na idade entre 15 a 24 anos. Waiselfisz (2015) apresenta um estudo com dados recentes e preocupantes sobre o crescimento da violência juvenil no Brasil, através do Mapa da Violência 2014, frisando ainda que “há uma

pandemia de morte de jovens no Brasil” (WASELFISZ, 2015, p. 60). O mesmo autor relata ainda que as estatísticas de “mortes matadas por arma de fogo” estão predominantes nas áreas de fronteiras. Municípios de pequeno e médio porte que por sua localização estratégica em áreas de fronteira internacional, são rota de grandes organizações transnacionais de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas (WASELFISZ, 2015, p. 55).

Tavares (2002, p. 16) afirma que a origem principal da violência se dá pela desigualdade social, sendo o “empobrecimento e a desigualdade” os principais geradores da violência urbana. A violência demonstra que a desigualdade social aliada ao apelo consumista tem fomentado a violência contra os jovens. Segundo o autor, muitas vezes, os atos de violência representam “estratégias de sobrevivência dos jovens”: “A chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou de sobrevivência dos setores excluídos em termos educativos e laborais, ou seja, da existência que se supõe outorgue identidade aos jovens” (TAVARES, 2002, p. 22). Há necessidade eminente em se desenvolver políticas públicas para esta faixa etária da população, a juventude, não só para que se previnam os crimes, mas também para que se tenha enfoque na acessibilidade de ferramentas que estimulem os jovens na mudança de vida, na ascensão do conhecimento, cultura, trabalho e geração de renda que resultará em benefícios próprios, de suas famílias e da sociedade como um todo (UNICEF, 2012). Projetos que envolvam a juventude são de extrema importância para São Borja, pois se buscamos uma forma de reduzir os índices de violência, que são provocados pelas drogas, temos que investir nesta faixa etária através da prevenção, mostrando o quanto se torna prejudicial o seu uso, suas consequências para si próprio como para a família e sociedade.

2. 1. POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo das políticas públicas assume uma importância nos dias atuais, cabendo ao Estado em ação a sua implantação, prosseguimento, avaliação e monitoramento, bem como, mobilizando todos aqueles atores envolvidos desde o início do problema até a avaliação das políticas públicas na sociedade, não necessariamente nesta ordem. Pois cada ciclo/etapa tem um conjunto de objetivos e requisitos, que demandam uma série de fatores que necessitam ser atingidos, para a aplicação das políticas públicas.

A responsabilidade que o Estado tem sobre a sociedade é um tema que suscita grandes discussões sobre a sua eficácia no atendimento das demandas. Os *Inputs* e os *withinputs* expressam demandas (revindicações de bens, serviços, como saúde, educação, estradas,

transportes, segurança pública, etc.) e suporte geralmente estão vinculados para o sistema político ou para a classe dominante. Por se tratar da aplicação de políticas públicas, as formulações destas, sempre carregarão, um forte viés ideológico, alimentada por visões diferentes de sua eficácia, suscitando a reflexão sobre políticas públicas.

A questão das políticas públicas está ligada ao poder executivo, que chamamos de Governo, pois atua com o seu aparato coercitivo, garantindo o cumprimento das decisões dos outros poderes e executa as políticas do Estado. Esta definição de Estado poderia ser exercida de uma forma totalitária, ficando por conta dos Governos definirem as políticas públicas que iram aplicar, mas sabemos que existe uma série de fatores que são necessários serem analisados para sua aplicação. A força do governo dependera da sua capacidade de identificar necessidade e anseios sociais e transforma-los em políticas públicas que produzam resultados a sociedade, dando respostas efetivas aos problemas que pretende enfrentar. A intervenção de Governo através das políticas públicas é necessária para criar um mínimo de igualdade entre os indivíduos, sem o que a vida em sociedade estaria comprometida.

Portanto a *policy* é a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da *politics* ou seja política, que são discussões, negociações entre atores, para atender reivindicações, evitando de gerar conflitos com outros atores. De acordo com Frey (2009, p. 207) a *policy* refere-se aos conteúdos concretos, isto é, a configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

A ampliação da democracia trouxe paralelamente responsabilidades dos representantes populares que se modificaram e se virão obrigados a atender demandas, outrora que não eram de sua competência. Na atualidade se busca o bem-estar da sociedade através da aplicação de políticas públicas. E para alcançarmos este bem-estar se faz necessário desenvolver ações e execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, buscando-se uma dignidade da sociedade como um todo. As políticas públicas começaram a ter visibilidade, passando a ser objeto de estudo, mais permanente, quando passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os de desenvolvimento, com a adoção de políticas restritivas de gastos, tendo maior visibilidade no pós-guerra (SOUZA, 2006, p. 20).

O surgimento da área de políticas públicas teve início nos EUA, no mundo acadêmico, não tendo relação com as bases teóricas sobre o papel do Estado, indo de encontro sobre a forma de atuação dos governos. O que deu embasamento para aplicação das políticas públicas em democracias estáveis é o fato do fazer e o não fazer por parte dos governos,

sendo passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores não ligados ao governo (SOUZA, 2006, p. 22).

As políticas públicas (*policies*) advém de uma subdivisão da Ciência Política, para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. Conforme Bonat (*apud* SOUZA, 2006, p. 23-24) os fundadores da área de Políticas Públicas foram Harold Laswel que introduziu o termo *policy analysis*, como forma de conciliar o pensamento científico e acadêmico com dados empíricos dos governos, e estreitando do diálogo entre cientistas sociais e agentes de interesse do governo, de acordo com Christopher Ham e Michael Hill (1993, p. 20) sustenta que o estudioso de análise de políticas dever-se-ia concentrar nos “problemas fundamentais do homem na sociedade” e procurar ajudar na “efetivação da dignidade humana na teoria e na prática”. Destaca Bonat (*apud* SOUZA, 2006, p. 23-24) que Herbert Alexander Simon trouxe o conceito de racionalidade limitada das decisões públicos (*policy makers*), alegando que toda decisão pública é sempre limitada por problemas, mas que pode ser maximizada até um ponto satisfatório com a criação de estruturas que assegurem e modele o comportamento dos atores na direção de resultados, impedindo a busca de maximização de interesse próprio. Já Charles Lindblom propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e análise das políticas públicas, como relação de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, como também questionou o destaque do racionalismo de Laswell e Simon, dando que as políticas públicas tem mais desenvolvimento na área econômica, como destaca Saraiva (2006, p. 36), citando Lindblom “o essencial da política é o econômico e o grosso da economia é político”. Teve contribuição importante para definir política pública o cientista Político David Easton, como relação entre a formulação, resultados e o ambiente. Menciona Christopher Ham e Michael Hill (1993, p. 26) que “uma política (...) consiste de uma teia de decisões e ações que alocam (...) valores”.

Podemos deduzir que as políticas públicas são resultados do sistema político através de *inputs* que são originários do meio ambiente e frequentemente dos *withinputs*, que são originárias do sistema político. A definição de políticas é apresentada de uma forma que objetiva a atuação do Estado na solução das demandas, que são suscitada pela sociedade como necessárias para solução, conforme Celina (2006, p. 26).

[...] é como um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágios em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real [...].

O conceito de políticas públicas varia de autor, conforme Saraiva (2006, p. 28) os fluxos das decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade demonstrando que o desequilíbrio provocado pelo Estado poderá causar o equilíbrio necessário para a sociedade. O que temos observado atualmente é que muitas políticas públicas estão alicerçadas na teoria da escolha racional, que tem por base as políticas econômicas, que são “neoliberais”. Portanto a racionalidade tem sido invocada pelos governantes na hora de implantação de políticas públicas. Assim:

O predomínio da racionalidade técnica é absoluto e as prioridades são estabelecidas na base de considerações supostamente racionais. Como o critério econômico é dominante, são privilegiadas as atividades que influiriam mais diretamente na produção e no desenvolvimento (SARAIVA, 2006, p. 35)

A questão da racionalidade na aplicação de políticas públicas deve ser analisadas e questionadas, pois em um estado neoliberal, onde se visa a economia, deixando de lado as políticas de redistribuição de renda e a redução das disparidades regionais. De acordo com Celina a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas.

2.1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com a Secretária Nacional de Segurança Pública (2007) políticas de segurança pública se propõe a combinar estratégias de prevenção e repressão à criminalidade, tendo maior potencial de eficácia no enfrentamento dos fenômenos da violência e criminalidade. A segurança pública está em crise no Brasil inteiro. A crescente tensão para se ter uma solução para o aumento da violência com a aplicação de recursos públicos e o controle de gastos com Políticas Públicas ineficazes, leva a necessidade da avaliação. Dentre as muitas definições de segurança pública, Lopes e Lemos (2011) entende que é o afastamento, por meio de organizações próprias, de todo perigo ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade de cada cidadão.

A expressão segurança pública significa que a provisão da segurança para os indivíduos residentes em uma comunidade política é atribuição de uma entidade coletiva, qual seja o estado. O caráter público da segurança significa que a mesma tornou-se um bem a ser garantido a todos os indivíduos, independentemente da posição social que ocupam. Ou seja, é responsabilidade do Estado e deve ser financiada por impostos pagos por todos os membros da comunidade política.

Mas, o que seria mais eficaz para o enfrentamento da violência e criminalidade: a repressão ou prevenção? Saporì (2007, 50) responde que “as evidências empíricas disponíveis não permitem afirmar que as estratégias preventivas de controle da criminalidade são mais eficazes do que as estratégias repressivas, ou vice-versa”.

Na cidade de São Borja é utilizado a política pública do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, o PROERD tem por base o programa D.A.R.E - Drug Abuse Resistance Education - que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles - EUA - no ano de 1983. Foi trazido para o Brasil no ano de 1992, pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, sendo adequado à realidade brasileira.

Desde 1998 a Brigada Militar passou a desenvolver o programa no Rio Grande do Sul, e em São Borja a partir de 2002, iniciativa de poucos policiais militares que conseguiram superar barreiras culturais e conceituais e ampliar o Programa, a ponto de torná-lo, atualmente, o maior da Instituição e o mais abrangente, em prevenção primária sobre uso de drogas no Estado. Tendo como objetivo orientar os estudantes sobre os efeitos das drogas e da violência, através da aplicação de um programa de prevenção nas escolas de todo o Estado, abrangendo crianças e adolescentes matriculadas em estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, que vão ter a oportunidade de conhecer as drogas lícitas e ilícitas, seus malefícios quanto ao uso, bem como a violência que desencadeia do seu uso, que prejudica a família e a sociedade. Conforme a Nota de Instrução ensino e treinamento da Brigada Militar:

Diante deste fatos a Brigada Militar importou o PROERD que é baseado no programa internacional D.A.R.E (*Drug Abuse Resistance Education*), tem o objetivo de desenvolver uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado (policial instrutor PROERD), professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência na comunidade escolar gaúcha. Terá abrangência principal para crianças dos 5º e 7º anos, da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para jovens do Ensino Médio das escolas públicas e privadas do Estado. A fim de complementar um ciclo de proteção integral em prevenção primária, proporcionará um currículo educacional de prevenção direcionado aos pais ou responsáveis dos alunos PROERD e adultos interessados em geral (RIO GRANDE DO SUL, 2011, p. 1).

Portanto a Segurança Pública deve ter em seus princípios na manutenção e preservação destes direitos. A busca por uma sociedade mais digna, que contemple seus cidadãos com o acesso a condições humanas para se viver coletivamente é o que destaca

Quando nos referimos a políticas de segurança e nos preocupamos com o que denominamos segurança pública, desejamos alcançar, e teremos em mente a manutenção da ordem com respeito às leis e aos direitos humanos, reparações jurídicas compatíveis com o estado democrático de direito e redução da impunidade (SOARES, 2005, p. 17).

A aplicação desta política de segurança pública pela Brigada Militar, possibilita uma alternativa a mais por parte do Estado para o enfrentamento da violência. As crianças e adolescentes por estarem em fase de desenvolvimento são mais suscetíveis e vulneráveis ao uso de drogas.

Quanto à consonância do PROERD com as políticas sobre drogas, percebe-se, por meio do art.18, da Lei nº 11.343/06, Leis de Drogas que os objetivos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) vêm ao encontro dos objetivos do PROERD, que busca a prevenção do uso de drogas através de lições educativas, ensinando os alunos a como se portarem diante do oferecimento de drogas.

2.2 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A avaliação e monitoramento permite aos governantes ter o conhecimento dos resultados do programa, para melhorar a sua implementação das ações, justificar decisões e promover a prestação de conta.

Destaca Bonat (2011) que se faz necessário primeiramente uma diferenciação entre avaliação de política pública, avaliação política e análise política.

A avaliação de políticas públicas atribui uma relação de causalidade entre um programa e um resultado específico e adota métodos que permitam estabelecer esta relação. Já a avaliação política prescinde do exame da operacionalidade concreta da implementação, examinando os pressupostos ou fundamentos políticos de um determinado curso de ação pública. No caso da análise de políticas públicas, por sua vez, tenta dar sentido ao caráter errático da ação pública, examinando a engenharia institucional e os traços constitutivos dos programas. A compreensão muitas vezes não se dá de forma técnica ou de forma neutra,

sendo empregado um juízo de valor que se dá na forma do uso adequado dos instrumentos de análise (BONAT *apud* ARRETCHE, 1998, p. 14).

A necessidade da avaliação do PROERD na cidade de São Borja é necessária, pois trata-se de uma Política Pública que utiliza recursos públicos e que precisa-se saber se está tendo eficiência e eficácia em seus objetivos. Uma avaliação, conforme Amoras e Rodrigues (2009, p. 137), é um instrumento que deve ser utilizado pelo poder público para medir a eficácia de suas ações, visando correções e seu aprimoramento para futuros projetos e programas governamentais.

Quanto ao monitoramento, destaca Ramos e Schabbach (2012) que é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, para se saber como uma intervenção evolui ao longo do tempo, através de dados da gerência do projeto sobre metas iniciais, indicadores e resultados.

O monitoramento de políticas públicas permite que os gestores possam examinar o andamento do programa, se está correspondendo com os objetivos traçados. Com base nos resultados os gestores poderão propor mudanças, incrementos e até mesmo a extinção do programa, se não for eficiente.

O certo é que em na avaliação e no monitoramento trata-se de ferramentas importantes para controle se a política pública tem produzido resultados positivos ou negativos. Destaca Ramos e Schabbach (2012, p. 68).

A avaliação necessita das informações provenientes do monitoramento para realizar julgamento que lhe cabe a respeito da eficiência, eficácia e efetividade dos programas; ambos os estudos são, portanto, complementares. Porém, a primeira vai além, pois verifica se o plano originalmente traçado está, de fato, produzindo as transformações pretendidas.

Portanto o monitoramento tem um papel importante para as políticas públicas, pois tem a incumbência de acompanhamento das políticas públicas, possuindo uma capacidade de análise da implementação dos programas.

Destacando Bonat (*apud* BRASIL, 2009, p. 136) que a avaliação possibilita a mensuração da eficiência e da eficácia das ações, a transparência, o acompanhamento e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação das políticas públicas. Portanto, os resultados da avaliação das Políticas Públicas utilizadas pela Segurança Pública através da Brigada Militar, com a aplicação do PROERD não se traduzem automaticamente em uma decisão, mas espera-se que as informações produzidas tenham validade influenciando em decisões futuras para melhoramento do programa.

Amoras e Rodrigues (2009, p. 136) explicam que avaliar um projeto e divulgar os resultados é uma forma de se prestar contas à sociedade sobre os atos desenvolvidos, qual foi o motivo de sua criação, seu objetivo, etc. Dessa forma, dá-se legitimidade ao seu desenvolvimento. Apontar quais foram os pontos positivos e negativos que o programa atingiu e como modificou a realidade do público-alvo são itens que devem ser levados em conta no momento da avaliação. Avaliar as políticas públicas do PROERD é salutar para a instituição Brigada Militar visando os efeitos do programa junto à comunidade escolar, como destaca Barreira:

Os efeitos de um dado programa referem-se a determinadas alterações, esperadas ou não, outras que não as especificamente pretendidas, provocadas pelo programa e que, mais do que o próprio grupo-alvo focalizado, afetam as instituições ou organizações participantes, os agentes que implementam o programa ou o meio social em que se realiza. Muitas vezes referidos como impactos indiretos tendem a abranger os efeitos mais duradouros do programa (BARREIRA, 2001, p. 25).

Portanto a avaliação tem se tornado uma importante forma de saber se a Política Pública tem produzido resultados positivos ou negativos. O autor Barreira destaca a definição da avaliação decorrente de processos e resultados, tendo relação nos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade:

A eficácia de um dado programa diz respeito a relação entre características e qualidades dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado e os resultados a que chega, de outro. Assim será mais eficaz – atingirá seus resultados em menor tempo, menor custo e com mais alta qualidade – aquele programa que se apoiar em processos e sistemas adequado de implementação (BARREIRA, 2001, p. 35).

É importância se ter uma definição relativa à eficiência e efetividade de uma política pública concernente à eficiência que diz respeito às qualidades de um programa, examinadas sob os parâmetros técnicos, de tempo e de custos. Esta relação pode ser comparada entre o produto (bens e serviços) e custos dos recursos (insumos e atividades). Portanto, o custo/benefício seriam, nesta ótica, os melhores indicadores da eficiência de uma política pública.

Já o conceito de efetividade, para Arretche (2005) refere-se à relação entre objetivos e metas de um lado e impactos e efeitos de outro. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. Ora, como vimos antes, estas alterações são de dois tipos: impactos e efeitos. Logo, a efetividade significa as qualidades e os níveis de qualidade com que o programa atinge os impactos

esperados e promove os efeitos, previsíveis ou não. A avaliação é uma importante etapa do ciclo de políticas públicas, e deve ser explorada com mais ênfase pelos gestores públicos.

Os manuais de avaliação de políticas públicas nos ensinaram que a avaliação da eficácia, da eficiência ou da efetividade de programas públicos deve sistematicamente levar em consideração os objetivos e a estratégia de implementação definidas por seus próprios formuladores, pois seria inteiramente fora de propósito que o avaliador tomasse em consideração objetivos e/ou metodologias externos aqueles estabelecidos pelos próprios programas. Avaliar segundo critérios alheios aos estabelecidos pelos formuladores implica necessariamente uma avaliação negativa, pois não é plausível esperar que um programa realize o que não estava em seu próprio horizonte de implementação (ARRETCHE, 2001, p. 45).

De acordo com Figueiredo a avaliação de determinada política pública, tem efeito para determinar se as metas estipuladas estão sendo alcançadas de forma positiva ou negativa.

A análise crítica do programa (política) com o objetivo de apreender, principalmente em que medida as metas estão sendo alcançadas, a que custo, quais os processos ou efeitos colaterais que estão sendo ativados (previstos ou não previstos, desejáveis ou não desejáveis) indicando novos cursos de ação mais eficazes (FIGUEREDO, 1986, p. 108).

2.3 A CRIMINALIDADE E SUAS CAUSAS

A ausência de políticas públicas de cunho de inserção social, tais como de apoio aos jovens e de diminuição da desigualdade social, ocasiona o aumento da criminalidade, obrigando as instituições de Segurança Pública a adotar atos repreensivos que em um primeiro momento produz a imagem de uma polícia autoritária. Esta realidade é provocada quando se esgotam as instâncias sociais ou a sua ausência de tornar o indivíduo inserido em uma sociedade mais digna, bem como destaca Cavalcante Neto:

A doença que mais incomoda a sociedade nos dias de hoje chama-se criminalidade e quando o assunto é Segurança Pública, todos os olhares se voltam para as polícias como se elas fossem às únicas culpadas pela insegurança que aflora pelo país. É preciso saber que quando as polícias, Ministério Público, o Judiciário e o sistema carcerário precisam agir, é por que mecanismos informais de controle da sociedade falharam. É bem verdade que não existe sociedade sem crime, mas é preciso controlá-lo em patamares aceitáveis de convivência (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 59).

Portanto a opinião de que a culpa pela criminalidade é da polícia enfraquecida não é válida, pois o aumento da violência tem suas causas na ausência do social que desemboca na segurança pública como última alternativa social repressiva. Atualmente, são gritantes as situações em que a violência tem se tornado complexa, sendo que em determinadas situações

a polícia é chamada não para restabelecer a ordem pública, mas sim para a preservação dos direitos elencados na Constituição Federal de 1988. Dalbosco (2013) afirma que:

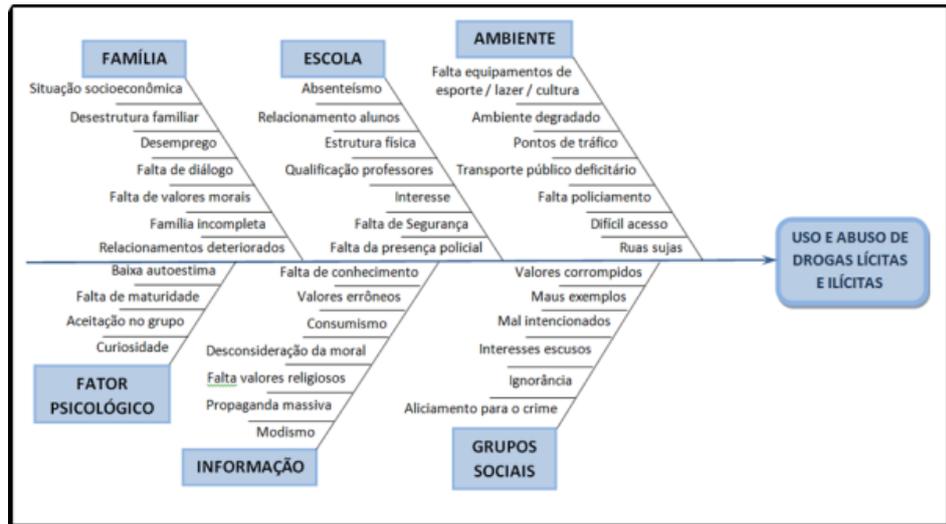
As soluções para os problemas de segurança pública por vezes não estão vinculados apenas ao emprego da força policial ostensiva, pois a utilização desta nem sempre é feita com a moderação, presteza necessária e no tempo ideal. Para evitar que a segurança pública seja um obstáculo para a realização do progresso econômico ou cause danos irreversíveis aos direitos fundamentais e a prática de cidadania é necessário sempre buscar soluções alternativas e interativas que possam convergir com a ação policial superando este grave obstáculo ao exercício pleno dos direitos dos cidadãos (DALBOSCO, 2013, p. 201).

Discutir o aumento da criminalidade, o que leva os índices de violência atingir patamares altos bem como políticas públicas que possibilitem que estes números venham a diminuir é constante na sociedade, sendo que um dos eixos que fomenta a criminalidade está vinculado às razões sociais, tal como retrata Cavalcante Neto:

A violência social não é novidade, nem mesmos nas grandes cidades. Pode-se entender que os fatores que geram a violência social estão diretamente relacionados ao ambiente cotidiano e surgem sempre, em maíos ou menor grau, quando as diferenças sociais se acentuam ou amenizam (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 53).

Quando se procura verificar o fenômeno da violência em seu conjunto, demonstrando que se faz necessário outras formas de atuação policial na resolução de conflitos, sendo através da prevenção, que é a antecipação ao crime, mirando naqueles fatores que mais contribuem para a violência. Estes fatores que fomentam o uso de drogas lícitas e ilícitas que são o combustível da criminalidade, fica bem explicita na figura 1 que, conforme Salineiro (2017) *apud* Bexiga (2012, p.76), uma demonstração gráfica atual do Brasil representa 38 subfatores que influenciam a pessoa a fazer uso e abuso de drogas, sendo representado no quadro a questão da família que sua desestrutura referente a situação econômica, desemprego dos pais, a falta de diálogo, falta de valores morais, família incompleta e relacionamento deteriorado.

Figura 1 – Subfatores que influenciam o uso e abuso de drogas.



Fonte: Bexiga (2012, p. 34).

Outro ponto apresentado refere-se à escola concernente ao não comparecimento nas aulas, o relacionamento dos alunos, estrutura física da escola, qualificação dos professores, a falta de interesse, falta de segurança e a falta da presença policial. A questão do ambiente com a falta de equipamentos de esporte, lazer e cultura, pontos de tráfico, transporte público deficitário, falta de policiamento, difícil acesso e ruas sujas. Fator psicológico com a baixa estima falta de maturidade, aceitação do grupo e curiosidade. O fator de informação através da falta de conhecimento das drogas, valores errôneos, o consumismo, desconsideração da moral, a falta de valores religiosos, propaganda massiva e o modismo. Outro fator são os grupos sociais que promovem a deturpação dos valores, maus exemplos, mal intencionados, interesses escusos e o aliciamento para o crime.

2. 4. POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA UTILIZADAS PELA BRIGADA MILITAR

Baseada nos princípios constitucionais, a Brigada Militar tem procurado se antecipar ao delito com a qualificação de seu efetivo. Uma das ações que envolvem esses policiais é nas aulas de prevenção de drogas e violência, através do PROERD, no acompanhamento de mulheres vítima de violência através da Patrulha Maria da Penha e o Policiamento Comunitário com a aproximação do efetivo policial das comunidades mais vulneráveis socialmente.

Referente ao policiamento comunitário que tem como maior característica a união entre comunidade e polícia, objetivando o desenvolvimento de ações eficientes para a redução de fatores ofensivos à segurança pública. O policiamento comunitário não tem um conceito

bem definido, mas se expressa com as seguintes ideias, como destaca o livro do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária do Ministério da Justiça (p. 89-90):

- A primeira imagem de polícia é formada na família;
- A polícia protetora e amiga transmitira na família, imagem favorável que será transferida as crianças desenvolvendo-se um traço na cultura da comunidade que aproximará as pessoas da organização policial;
- Policial, junto à comunidade, além de garantir a segurança, deverá exercer a função didático-pedagógica, visando a orientar na educação e na solidariedade social;
- A orientação educacional do policial deverá objetivar o respeito à ordem jurídica e aos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal;
- A expectativa da comunidade de ter no policial o cidadão íntegro, homem interessado na preservação do ambiente, no socorro em calamidades públicas, nas ações de defesa civil, na proteção e orientação do trânsito.
- A participação do cidadão se dá de forma permanente, constante e motivadora, buscando melhorar a qualidade de vida.

Esta parceria entre policial e comunidade se objetiva a resolver problemas referente a criminalidade, melhorando a qualidade geral de vida da área.

Em relação à Patrulha Maria da Penha historicamente as mulheres constituem segmento social vulnerável, em face do preconceito de gênero, muitas vezes manifesto na sua relação desigual com homem, e sofrendo, em consequência, as mais diversas formas de violência. Com este cenário os organismos policiais necessitaram rever suas estratégias de atuação, visando à prevenção delitiva eficiente e eficaz. Os expressivos índices de violência contra mulheres, em especial os feminicídios, e com o advento da Lei Maria da Penha, a Brigada Militar articulou-se de forma programática para atender de modo qualificado e segmentado as demandas por proteção das mulheres e na repressão delitiva nas regiões cujos indicadores são elevados. Assim, tal programação prevê a atuação nos tempos pré e pós-delituais e nas demais ações gerais e cotidianas mediante sensibilização dos operadores de segurança pública para com o tema, instrumentalizando as ações de enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra o gênero feminino.

Destaca Oliveira que a aplicação destas políticas aproxima o policial da comunidade, no entanto sua implementação:

Pressupõe alterações fundamentais na estrutura e na administração das organizações policiais. O policiamento comunitário difere do tradicional com relação a forma como a comunidade é percebida, e com relação as suas metas de expansão do policiamento.

Embora controle e prevenção do crime permaneçam sendo as prioridades centrais, as estratégias de policiamento comunitário utilizam uma ampla variedade de métodos para alcançar estas metas (OLIVEIRA, 2013, p. 370).

As ações voltadas para o policiamento comunitário, aquele que aproxima o policial da comunidade, juntamente com Judiciário, Ministério Público, dentre outras, precisam estar em sincronia com os objetivos de prevenção ao crime e redução da violência, agindo desta forma o Estado estará futuramente diminuindo os gastos com despesas ligadas a ressocialização de criminosos e a saúde pública, como destaca Rolin:

Sabe-se que os investimentos em prevenção são muito mais eficazes e permitem resultados mais sólidos do que aqueles derivados da repressão e da persecução criminal. Análises de custo-benefício sobre programas de prevenção passaram a ser comuns a partir dos anos 90. Muitos autores têm assumido a conclusão alcançada pelo “Perry Project” - nome pelo qual ficou conhecido um dos mais famosos programas de desenvolvimento de habilidades cognitivas, inteligência e frequência em pré-escolas, aplicado em Ypsilanti, Michigan, quando se demonstrou que para cada dólar investido em prevenção ao crime, a sociedade economizaria 7 dólares a longo prazo. Como se sabe, os custos financeiros do crime são imensos (ROLIN, 2004, p. 8).

A atuação policial precisa ser aproximada das comunidades mais vulneráveis a criminalidade, necessitando ter uma diminuição da distância do policial com a população, conforme destaca Cavalcante Neto:

Deve-se incentivar a participação do diálogo com a comunidade envolvendo policiais em eventos cívicos, culturais e de negócios, trabalhando juntamente com agências sociais e tomando parte de atividades educacionais e recreativas com crianças em escolas. O objetivo é inserir a polícia como parte integrante da comunidade. Assim como a igreja e a associação de bairro, a polícia será vista como mais um integrante desta comunidade, permitindo que esta interfira na definição de prioridades e alocação de recursos (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 63)

Ocorre que a polícia tem utilizado pouco à prevenção, isto muitas vezes decorre da falta de investimentos na Segurança Pública, na contratação de novos policiais militares e a falta de material para desempenho de um policiamento preventivo, tendo em vista que certos comandos preferem priorizar a polícia repressiva. Vivemos tempos que as situações relacionadas a violência exigem dos policiais militares alto grau de gerenciamento de crises e resolução dos conflitos.

2.5 JUVENTUDE

Como o PROERD atinge adolescentes e jovens, se faz necessário destacar os conceitos relativos à juventude, como também a sua abrangência de idades. O conceito de juventude que será usado neste projeto se define “como sendo um momento posterior à infância, que envolve a adolescência e a juventude propriamente dita” (ABRAMO, 1997, p. 26).

Esta preocupação pela juventude, por parte das autoridades pode estar ligado a sua fragilidade, pois se trata de uma fase de aprendizado e educação, sendo importante seu acompanhamento, através de políticas públicas, que beneficiam especificadamente a juventude, desta forma, evitando que os jovens possam se envolver com a criminalidade e consequentemente com a violência.

De acordo com Carvalho (2008) o interesse na juventude não está só vinculado em sua porcentagem expressiva na população, mas também na sua condição política. A cidadania dos jovens quando discutida por autores políticos ou pelas instituições que realizam programas sociais voltados para esta classe, são pautadas por temas cujos problemas ocorrem com mais frequência, tais como: gravidez precoce, drogas, IST's, prostituição e violência.

Há muito tempo a juventude passou a ter um papel de destaque nas aplicações de políticas públicas, passando a ser protagonista em nossos dias. De acordo com Abramo (1997, p. 24) “a participação dos jovens deve ser vista como premissa para gerar dinâmicas de inclusão social, área de desenvolvimento sustentável (a convivência social baseada em valores democráticos)”. As estatísticas nacionais apontam tamanha vulnerabilidade dos jovens no quesito violência, sendo estes os que mais matam e também morrem, sendo os que vivenciam os maiores índices de desemprego e dos que estão fora da escola (ABRAMO, 2014).

Os jovens são dotados de características que influenciam na condição social de um país, porém, por serem vulneráveis, sendo mais sujeitos a violência, cabe a aplicação de políticas públicas para a juventude, para que dessa forma possam ser diminuídos os crescentes índices de violência. É notório que os jovens são uma das grandes vítimas da violência, sendo que a segurança pública, enforca-se na busca da redução de delitos e da sensação de insegurança pública. Também vêm à tona as palavras: cidadão, preservação, harmonia. O conjunto dessas palavras, de forma ampla, chega perto de um conceito para Segurança

Pública. Nesse caso, é dever do Estado salvaguardar a paz pública na sociedade para que esta possa conviver em harmonia, desestruturando o crime em defesa da população.

Para que se tenham mudanças nos índices de violência são necessárias políticas públicas de segurança, não só de repressão, mas também da educação daqueles que estão em situação de vulnerabilidade, prevenindo desta forma a inserção dos jovens no mundo do crime. Os autores Costa e Balestreri entendem, [...] que a causa de tanta violência é o somatório de um tripé absolutamente explosivo: a péssima distribuição de renda, a ideologia consumista (especialmente predominante nos segmentos mais jovens, independentemente de classe social, ou mais vitimizados e mais perpetradores de crimes) e a quase ausência do mundo adulto na condição educadora (que é sempre e necessariamente, a da provocação construtiva do juízo moral autônomo, da autonomia intelectual e dos valores solidários (COSTA, BALESTRERI, 2010, p. 57-58). Ou seja, ele acredita que os jovens entram para o mundo do crime mais pela necessidade de serem reconhecidos, do que por necessidades monetárias. Neste mesmo contexto o autor Sapori desenha um perfil predominante das vítimas da violência que se perpetua ao longo da década, qual seja, “jovens entre 14 e 25 anos de idade, cor negra e residentes na periferia social dos grandes e médios centros urbanos” (SAPORI, 2012, p. 12). Segundo ele, o controle da criminalidade administrado pelas políticas públicas, prevalece sob a síntese do gerenciamento de crises, possuindo alguns avanços pontuais. É notório que os jovens são os atores, como vítimas e autores, da violência cotidiana. De acordo com Beato Filho (2002), os jovens são um dos grupos mais vulneráveis à violência, seja como agressor, seja como vítima, no Brasil.

Nos dias atuais o Policial Militar além de um representante público na defesa da segurança da sociedade, é também visto como um “educador” civil. Ao ponto de o governo, verificando esta necessidade, oferta cursos de capacitação aos policiais militares, para que estes estejam cada vez mais capacitados nas atividades de policiamento ostensivo e de transmissão de conhecimento sobre cidadania, como palestras em escolas públicas relacionadas a drogas, violência dentre outros assuntos relacionados.

Balestreri resume muito bem esta tendência quando afirma que:

[...] os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais incluyente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadores de opinião: o policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais é o

mais abrangente, é um pleno e legítimo educador (BALESTRERI, 1998, p. 8).

Aduz ainda que “O policial antes de tudo é um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser” (BALESTRERI, 1998, p. 7).

2.6 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO

No Brasil a polícia foi criada no século XVIII para atender uma pequena classe dominante, incluído a Família Real, para a sua proteção contra a grande classe dos excluídos. Essa guarda tinha por característica a força física e coragem contra os desiguais daquela sociedade, assim:

Uma das inovações que a Corte trouxe foi a criação, por alvará de 10 de maio de 1808, da Intendência Geral de polícia da Corte, e, logo a seguir, da Guarda Real de polícia, que concorreram para desobrigar o Exército, em parte, da função policial na capital do país. (MARIANTE, 1972, p.40)

A partir de 1828 as Câmaras Municipais tiveram a incumbência de gerenciar tudo que dizia respeito a polícia e a economia das povoações, como recrutar, excluir e determinar os salários destes. Conforme Mariente (1972, p. 41) foi regulamentado no ano de 1831 o Corpo de Guardas Permanentes da Corte, tendo como missão “manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça”, sendo o embrião das policias militares. A partir desta data passou-se a tomar corpo a questão policial no que se refere a tranquilidade pública, com diversos fatos.

Logo após Getúlio Vargas ter assumido ao governo federal com apoio das forças policiais em 1930, destituindo o Washington Luis e não deixando assumir o Júlio Prestes, criou no ano de 1931, o Código dos Interventores, instituindo o teto máximo de previsão de repasse do orçamento dos estados para as polícias estaduais, os proibindo de adquirir para as suas polícias artilharia pesada e aviação militar em proporção que excedesse a força do Exército Nacional, fazendo com que esta mudança, embora focasse em fins de centralização e racionalização na aplicação das finanças do estado, foi o marco da mudança de atuação policial militar, pois ao momento que os recursos diminuem para o investimento em material bélico de artilharia, otimizava a aplicação do orçamento no policiamento mais racional, voltado para a segurança pública da sociedade e não com características de militares forjados para a guerra (NUNES, 2003, p. 51-52).

É evidente que tal atitude poderia ser interpretada como uma forma de se prevenir de alguns governadores contrários de utilizar as suas forças militares contra o governo federal, pois estes tinham poder bélico na proporção do Exército Brasileiro.

Dentre tantos acontecimentos da evolução policial militar, tem o período do regime militar, de seu endurecimento de ações para a manutenção do regime imposto, logo após o golpe de 1964. Foi necessário um rompimento com este episódio para a implantação de uma polícia cidadã, voltada mais para todas as classes sociais, assim como sugere Lopes (2013, p. 27) que reconhece a resistência da sociedade em relação à imagem da polícia como repressora, devido ao passado político não muito longínquo.

Partindo para o cenário em torno da promulgação Constituição Federal de 1988, é possível observar que as corporações policiais tiveram transformações referentes às demandas apresentadas pela sociedade brasileira, sobre a real função da polícia militar junto ao Estado Democrático de Direito. Destaca Dalbosco (2013, p. 84) que as atuais reformas na área policial estão fundadas na premissa de que a eficácia de uma política de prevenção do crime e produção de segurança está relacionada à existência de uma relação sólida e positiva entre a polícia e a sociedade.

A Carta Magna definiu a segurança como um direito social a ser concretizado pelo Estado, de modo a garantir que os cidadãos possam viver com dignidade, ter plena liberdade de ir e vir, garantindo-lhes a integridade física, psíquica e moral através de todos os mecanismos que estejam ao alcance. A Constituição Federal defende que:

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 8).

Assim, observa-se que a segurança pública, através daqueles que são responsáveis por sua execução, deve envolver ações públicas e comunitárias, que objetivam a segurança do indivíduo e da coletividade garantindo direitos e cidadania a todos. Com o novo texto constitucional que visa à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (BRASIL, 1988, p. 42) com estas novas definições para a atuação policial de ter um papel não apenas de manutenção da ordem pública, mas também da defesa de direitos da Constituição Federal. Este modelo de democracia exige um policial militar protetor dos direitos fundamentais em um ambiente de conflitos. Além da repressão aos que cometem delitos, a segurança pública deve reforçar a prevenção das garantias de direitos através de atos de detecção e coibição de acontecimentos que prejudiquem aos cidadãos.

O policiamento preventivo teve mais notoriedade logo após a Constituição Federal de 1988. O discurso de que se precisa de uma polícia violenta para resolver certos crimes, já está ultrapassado na atualidade, pois os órgãos policiais se utilizam de políticas públicas para diminuir os índices de criminalidade.

A busca por um policiamento mais preventivo está na atuação policial junto às aquelas comunidades onde apresente índices elevados de criminalidade, demonstrando desta forma para com aqueles moradores a preocupação do estado em resolver e solucionar a violência naquele local. Uma das hipóteses que colaboram para o aumento da violência está ligada a desigualdade social, que só serão corrigidas quando houver uma melhor distribuição de renda, que todos tenham acesso à educação, saúde e segurança. São discrepâncias sociais que precisam ser corrigidas através de Políticas Públicas. E isto:

[...] resulta na fragmentação de costumes e valores; ressurgimento de ódios ideológicos; segregação física e moral de migrantes ou pessoas pobres, causando o isolamento desses mesmos indivíduos nos centros urbanos, somando a impossibilidade do cidadão atender as suas necessidades básicas, em virtude da complexidade da cidade grande.

A pobreza por si só não gera violência: mas a desigualdade social, associadas aos valores apresentados e a injustiça social. Onde há riquezas e opulência, convivendo com a miséria, aumenta o sentimento de privação do indivíduo, levando-o a violência (CAVALCANTE NETO, 2013, p. 51).

Portanto o policiamento preventivo tem que estar presente em todos os bairros, na forma real ou potencial, atuando com ênfase na prevenção dos delitos, especialmente naqueles com mais vulnerabilidade social. Com a crescente sensação de insegurança pública iniciaram-se os debates sobre a participação da sociedade no controle social, juntamente com a Brigada Militar. A sociedade democrática sentiu a necessidade de discutir o tema, que ficou explícito na Constituição Federal de 1988, ao instituírem que a “segurança pública é um dever do Estado e responsabilidade de todos”. Portanto a segurança pública deve ter a participação também do cidadão, que na medida de sua capacidade, deve colaborar, com o que puder, para a segurança e bem estar da sociedade.

Se formos analisar a estrutura da polícia voltada mais para o cidadão, veremos que sua logística é mais leve do que a polícia tradicional, pois a polícia cidadã é mais interativa e unificada. A polícia cidadã é mais inteligente, pois investiga para prender e prevenir com a intenção de frustrar que ocorram crimes.

Anterior à Constituição Federal de 1988, a polícia era o “poder”, enquanto no modelo democrático a polícia é uma prestadora de serviço. As Políticas de Segurança Pública são mais adaptadas ao modelo de polícia cidadã, para discutir o tema de segurança pública,

exercendo desta maneira um controle social sobre as ações públicas de segurança e das políticas de segurança pública.

Uma das dificuldades da polícia cidadã está na própria dificuldade de entender o contexto em que uma ocorrência policial acontece, causas, fatores sociais, estas questões deveriam ser abordadas com mais ênfase nos cursos de formação policial militar. De acordo com Santos (2002, p. 11), visualiza-se, de modo largo, a construção de um modelo de segurança do cidadão composto por políticas sociais, por projetos sociais preventivos, protagonizados pelas administrações públicas, pelo mundo associativo, pelo terceiro setor e pelas escolas: trata-se da emergência da planificação emancipatória no campo da segurança, enfatizando a mediação de conflitos e a pacificação da sociedade contemporânea. A Instituição de Segurança Pública não é o centro da segurança, mais sim o ente complementar a uma série de outras ações, pois existe uma diversidade social que precisa ser compreendida, e São Borja, mesmo sendo uma cidade afastada dos grandes centros econômicos, possui características próprias que precisam ser estudadas para aplicação de políticas públicas que possam atender a demanda referente à diminuição da violência.

3. METODOLOGIA

O aumento da criminalidade é uma realidade crescente em âmbito nacional. Na cidade de São Borja ela tem trazido preocupação aos gestores públicos visto que está estritamente ligado ao tráfico de drogas ilícitas. Neste sentido, com o resultado desse trabalho pretende-se contribuir para que a Brigada Militar possa qualificar seus esforços na prevenção da delinquência juvenil, quer seja junto ao PROERD ou outra forma de prevenção, por meio de políticas públicas.

Para tanto realizou-se uma pesquisa que teve uma abordagem quali-quantitativa que é aquela realizada a partir do uso de dados mensuráveis e qualificáveis (quantitativa) e de dados não mensuráveis e não quantificáveis (qualitativa). Para classificá-la quanto aos fins e aos meios, usou-se a classificação de Vergara (2016, p. 16). Conforme a autora a pesquisa caracterizou-se por ser bibliográfica, documental e de campo, quanto aos meios e quanto aos fins constituiu-se numa pesquisa exploratória e descritiva.

A pesquisa bibliográfica trata-se de uma etapa do trabalho que procura reunir informações e dados que serviram de suporte para o tema e também:

É o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma (VERGARA, 2016, p. 43).

Já a pesquisa documental segundo a autora é aquela realizada a partir de documentos públicos e privados de qualquer natureza enquanto que a pesquisa de campo, neste trabalho, compreende a busca da informação a partir da aplicação de questionários a alunos das escolas já especificadas. Quanto aos fins, ainda considerando a classificação de Vergara (2016) caracteriza-se a pesquisa exploratória aquela que é realizada na área na qual há pouco conhecimento sistematizado; a descritiva a que expõe características de um fenômeno determinado, enquanto que a explicativa, busca esclarecer fatores que contribuem para a ocorrência de um fenômeno.

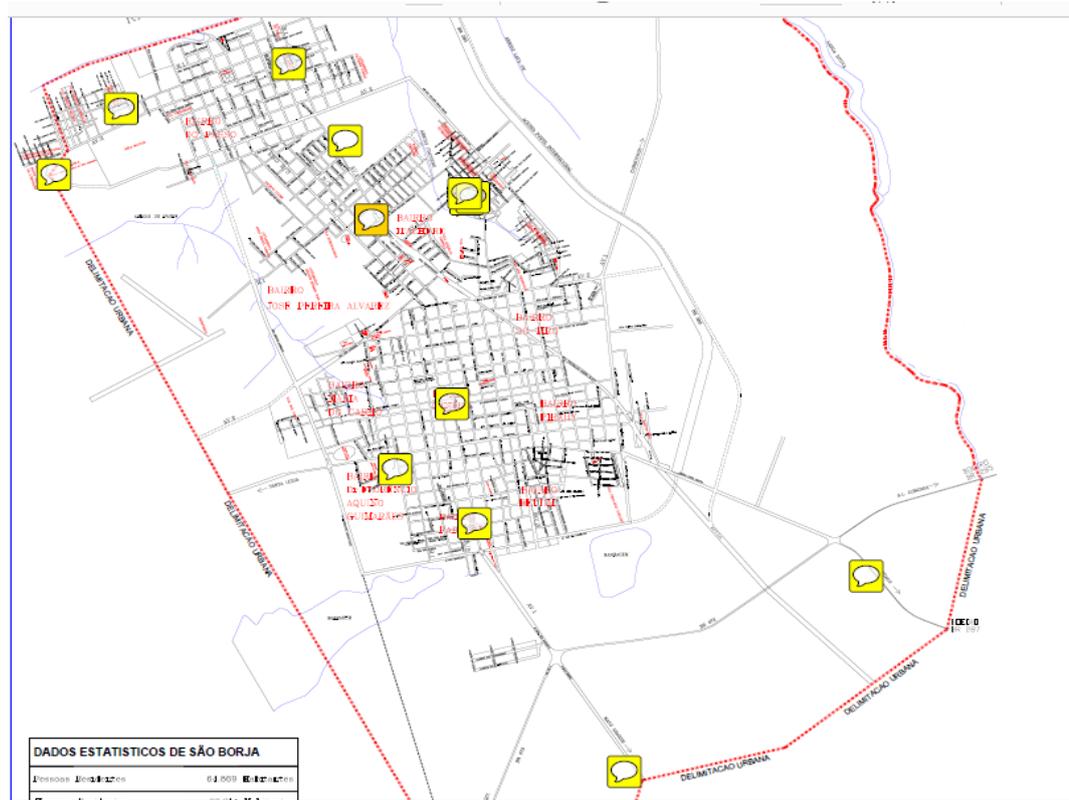
Seu objeto de estudo é a avaliação e monitoramento da política de segurança pública PROERD na cidade fronteira de São Borja, considerando o trabalho desenvolvido pela Brigada Militar nas escolas de ensino fundamental do município. Nesse contexto, foram consultados documentos e normas que regem as políticas públicas de segurança e prevenção, dentre os quais destacam-se: Lei nº. 11.343/2006 (Lei das Drogas), Lei Estadual nº. 13468/2010 (Institui o PROERD) e Nota de Instrução de Ensino e Treinamento nº005.1 da

Brigada Militar. A pesquisa documental e bibliográfica que contribui também para o embasamento teórico do trabalho.

Para conhecer o impacto provocado pelas aulas ministradas pelos instrutores aos alunos do Ensino Fundamental foi aplicado um questionário aos alunos do 6º, 7º e 8º ano do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia e Escola Municipal Duque de Caxias. A escolha destas duas escolas deve-se ao fato de estarem localizadas em uma zona da cidade em que aconteceu 61% dos homicídios da registrados no ano de 2017.

O mapa a seguir (figura 2) apresenta os locais aonde ocorreram os homicídios no ano de 2017, havendo uma grande concentração no bairro do Passo, uma das regiões mais populosas da cidade.

Figura 2 – Locais onde ocorreram homicídios em São Borja no ano de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela Brigada Militar de São Borja

Baseado nestes dados a Brigada Militar tem concentrado as atuações do PROERD nesta região e em suas respectivas escolas, este levantamento a partir do ano de 2017, com relação aos crimes contra vida de homicídio e contra o patrimônio de latrocínio. Nestes treze homicídios a Brigada Militar buscou reduzir estes indicadores de criminalidade e o

sentimento de insegurança, sendo feito um levantamento onde mostra os bairros com maior índices de morte, para desta forma destacar um policial militar instrutor para as escolas localizadas nas regiões aonde apresentam números elevados de morte.

Portanto todo esforço e aplicação de políticas que procurem diminuir os índices criminais são bem vindos junto às escolas, contribuindo para a formação do estudante, demonstrando que o uso de drogas tem efeito sobre suas vidas e consequentemente no estado. Entretanto, de acordo com os índices de violência registrados na cidade de São Borja divulgada pela Secretária de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, desde o ano de 2010 que as taxas de homicídios vêm aumentando consideravelmente. Conforme se pode constatar, através dos Indicadores Criminais de São Borja (Tabela 1).

Tabela 1 – Indicadores Criminais de São Borja.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Homicídio	8	9	5	6	8	7	9	9	12	12
Furto	991	977	1.088	1.032	1.102	1.247	1.656	1.702	894	604
Furto de Veículo	49	33	54	28	26	60	86	85	38	28
Roubos	151	99	114	114	125	99	109	118	173	171
Latrocínio	0	0	0	0	3	0	0	2	0	1
Roubo de Veículo	1	2	1	4	3	10	7	4	4	6
Delitos relacionados a armas	40	29	42	45	60	53	66	66	32	31
Entorpecentes – Posse	43	55	20	20	26	34	12	17	92	34
Entorpecentes – Tráfico	249	122	15	22	51	54	6	6	78	28

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SSP- 2018.RS,

Considerando os dados acima, estes podem estar relacionadoa à disputa entre grupos criminosos pelo comando do tráfico de drogas na região. Conforme os índices criminais da SSP/RS, no ano de 2013, ocorreram sete homicídios, em 2014 foram 9, e no ano de 2015, foram 11. Pesquisas sobre esse tipo de violência apontam que 90% das vítimas são pessoas jovens ou que ainda estão na fase da adolescência (WAISELFISZ, 2015), pois em uma análise no perfil das vítimas e autores vislumbrasse esta característica, vejamos o ano de 2017, aonde ocorreram 13 homicídios tendo a participação como autor ou vitima pessoas jovens. Isso tem chamado à atenção das autoridades civis e das policiais militares para um recorte geracional,

os quais têm tomado a iniciativa de implementar políticas de segurança públicas de prevenção aos estudantes, corroborando desta forma na construção de uma vida social digna.

A delimitação da pesquisa está no recorte específico do ano de 2017 a 2018, período em que foi analisado alunos que participaram e não-participaram do PROERD. A pesquisa se justifica por não existir no 2º BPAF nenhum estudo de efetividade comprovada cientificamente. O objetivo do PROERD está na prevenção junto as crianças e adolescentes para se manterem longe das drogas e a violência.

O tempo para a coleta de dados referente à criminalidade ficou definido nesta pesquisa ano de 2008 a 2017, tendo em vista a aplicabilidade do PROERD de forma continua no Município. Vale destacar que no ano de 2015 o mesmo não foi realizado na cidade mencionada, pelo fato de direcionamento de instrutores para outro projeto da Brigada Militar. Nesse sentido, com a avaliação dentro deste período pode-se identificar a influência do programa para os estudantes, como se reconheceram nas disciplinas ministradas, bem como a contribuição que tiveram quanto as suas atitudes frente ao oferecimento de drogas. Portanto os questionários serão direcionados para saber se as formas de resistência ao uso das drogas , aprendidos no programa colaboraram para os estudantes.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 BRIGADA MILITAR E O PROERD

A Brigada Militar foi criada em 18 de novembro de 1837, sua trajetória se confunde com os acontecimentos que marcaram a história do Rio Grande do Sul e no Brasil, inclusive com participações de nível internacional, como por exemplo, a campanha da Guerra do Paraguai. A Brigada Militar em nossos dias atuais tem como atribuição o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, conforme Art 144, §5 da Constituição Federal (1988).

Para melhor se entender a importância da “briosa” como é carinhosamente chamada, é necessário reportar-se até a sua origem histórica como Corpo Policial da Província do Rio Grande do Sul, na data de 18 de novembro de 1837, através da Lei Provincial nº. 07, que previa Corpo Policial de 363 homens com a missão de auxiliar a justiça, manter a ordem e a segurança pública na capital e no interior. Durante a existência deste Corpo Policial forneceu destacamento que protegiam as vilas e fazendas da fronteira, sendo distribuídos inclusivamente em São Borja a Jaguarão, defendendo estas regiões contra a ação de criminosos que atuavam no Uruguai e Argentina. Através da Lei Provincial nº. 874 de 1873 foi extinto o Corpo Policial e criado a Força Policial, que durou até 26 de dezembro de 1889, sendo criada em seu lugar a Guarda Cívica, desempenhando um importante papel nos primeiros anos do período republicano. A instabilidade política que o país enfrentava se fez presente na Guarda Cívica que em 28 de Março de 1892 voltou a se denominar-se Corpo Policial. Em 09 de junho passou a chamar-se a Brigada Militar e oito dias após voltou a ser a Guarda Cívica. Após o episódio de 24 de junho de 1892, em que participou da defesa de Porto Alegre, passou-se a chamar em definitivo de Brigada Militar através do Ato nº357 de 15 de outubro de 1892, sendo a única polícia militar do Brasil que carrega a denominação de Brigada Militar.

Trata-se de um pequeno resumo dos muitos feitos em que a Brigada Militar esteve presente, tais como: Revolução Federalista, Revolta de 22, as Revoluções de 23, 24, a Coluna de Prestes, destacando-se também na Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 32, Defesa da Legalidade em 1964. Em todas as ações que a Brigada Militar esteve presente, assumiu uma posição legalista ao lado do Governo Federal e Estadual.

Uma característica essencial está em seu efetivo, formado por homens e mulheres valorosos, que fazem o juramento de defender a sociedade com o risco da própria vida, e

embora muitos realmente percam suas vidas, o legado de bravura de cada um fica marcado na história. Os Policiais Militares são os verdadeiros responsáveis no mérito desta tão respeitada Instituição Militar chegar aos seus 181 anos. Em respeito e reverência ao passado e a um presente de preservação e prevenção a criminalidade, em defesa da sociedade, que a Brigada Militar possa construir um futuro de paz. Parabéns Amada Brigada Gaúcha.

Frente a estes fatos, resta o desafio de estudar, através da presente pesquisa o impacto e a dimensão do desempenho do PROERD em São Borja, pois trata-se de uma Política Pública de Segurança de caráter preventivo, que tem como objetivo maior alertar os alunos dos malefícios decorrentes do uso de drogas (lícitas e ilícitas), bem como da violência decorrente que fomenta a criminalidade, ocasionando elevados gastos por parte de governos para restabelecer a ordem. Agindo desta forma o PROERD procura contribuir para formação de uma sociedade mais segura.

Esta política preventiva tem base o programa *D.A.R.E - Drug Abuse Resistance Education* - que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles - EUA - no ano de 1983, conforme site do *D.A.R.E*, como os índices de uso de drogas eram elevados e a lei da atualidade não estava conseguindo frear estes elevados números, foi estabelecida uma parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles (*LAPD*) e o Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (*LAUSD*) para criar um novo programa de educação para resistência a drogas por estudantes escolares.

Como poucas matérias de prevenção às drogas estavam disponíveis para as escolas adotarem naquela época, a Dra. Ruth Rich, Administradora Curricular de Educação em Saúde do *LAUSD*, desenvolveu o currículo original do *DARE* de 17 lições para o ensino fundamental. A nova disciplina, baseado predominantemente na prevenção naquela época, enfatizava o ensino de informações próprias sobre drogas específicas e seus efeitos negativos. Ao contrário de todos os outros programas de prevenção às drogas, os policiais da polícia de Los Angeles foram treinados para ensinar o currículo *DARE*, colocando assim uma “face humana” local na prevenção de drogas nas escolas.

No histórico descrito no site, relata que na época praticamente nenhum professor em sala de aula havia recebido instrução em seus cursos universitários sobre o uso e abuso de drogas ou qualquer instrução sobre como ministrar aulas sobre prevenção de drogas. Aumentar o reconhecimento do *DARE* e capacitando os policiais do *LAPD DARE* para ministrarem o programa nas escolas que consistia em 17 lições, teve uma rápida aceitação por parte da comunidade que cominou com um avanço em dez anos para vários países de prevenção de drogas nas escolas. A implementação dos programas preventivos nas

escolas de ensino médio no ano de 1984 e a grande demanda por treinamento DARE resultou na criação da Infraestrutura Nacional e Internacional de Disseminação de Prevenção de Abuso de Substâncias Químicas do *DARE*, que permanece até hoje como padrão de prevenção a serem imitados.

Já no Brasil a Polícia Militar pioneira foi a do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1992, com a vinda de Policiais Mentores de Los Angeles – EUA, contando com o apoio da Embaixada Americana, que capacitou os policiais militares para desenvolverem o programa nas escolas. A partir daí o PROERD se espalhou para todos os estados do Brasil, chegando ao Rio Grande do Sul em 1998, portanto a Brigada Militar passou a desenvolver o programa primeiramente com poucos policiais militares que conseguiram superar barreiras culturais policiais, pois como foi debatido anteriormente, fazer a transição para uma polícia cidadã, voltada para a prevenção não se trata de uma tarefa fácil. Em São Borja o PROERD foi implantado no ano de 2002. O PROERD é uma adaptação do currículo americano, sofrendo a tradução, adaptação e reprodução autorizado pelo *D.A.R.E Intenational*, para ser aplicado as necessidades das escolas brasileiras, conforme o Centro de Treinamento D.A.R.E/PROERD do Rio Grande do Sul.

As dificuldades são inerentes ao desafio proposto de tornar o PROERD uma política pública presente nas escolas do estado, sendo estaduais, municipais e particulares. Na atualidade o PROERD é o maior programa social da Brigada Militar, no que se refere a prevenção do crime, se antecipando através de forma explicativa aos alunos. O PROERD de início atendia alunos da 4ª série do ensino fundamental com 17 lições, em consonância com o programa norte americano *DARE*, vindo a sofrer atualizações com o passar dos anos, aprimorando seus conteúdos com o objetivo de atender as novas demandas suscitada através de diversos trabalhos científicos que sugeriam mudanças e adaptações no PROERD. Conforme Miranda (2013), após a avaliação de estudantes da 8ª série que participaram do DARE nos Estados Unidos, houve uma reformulação das disciplinas no ano de 2003, pois foi verificada diferença significativa entre os alunos que participaram do DARE e os que não participaram, principalmente quanto ao uso de cigarro, álcool e maconha, confirmando, assim, o sucesso do novo currículo do programa. No Brasil tivemos até o ano de 2004 o PROERD com 17 lições, sendo apenas para a 4ª série, a partir deste ano houve gradativamente uma migração para o novo modelo americano atendendo também os 6ºanos (hoje 5º e 7º ano, respectivamente), como também os alunos de séries iniciais e os pais dos alunos, conforme a Coordenação do PROERD do Rio Grande do Sul.

A definição do PROERD conforme a Polícia Militar do Paraná (2005) defende que para desenvolver um sistema de prevenção contra a violência e o uso indevido de drogas nas escolas de todo o Estado, para crianças e adolescentes, se dá através da educação, usando métodos que priorizem a moral, os bons costumes, a afetividade e os modelos de vida sadia e saudável, de acordo com a realidade, analisando os tipos de drogas usadas e a faixa etária envolvida. A prevenção referente a criminalidade, tem por base os dados estatísticos, pois a maioria dos crimes é relacionada às drogas, de maneira direta ou indireta. Cabe ressaltar que a imagem da Polícia Militar, junto aos estudantes, traz confiança e o respeito necessários para a execução de seus serviços, visto que, esta aproximação com crianças, adolescentes e pais desmistificam a imagem de uma polícia truculenta e arbitrária. Em vista de contribuir cada vez mais com este processo, as aulas ministradas com temas (Tabela 2) relacionados a prevenção contra as drogas e violência.

Tabela 2 – Lições aplicadas no PROERD aos alunos do 5º ano.

Lição	Tema
01	Introdução ao Proerd caindo na Real
02	Informações sobre drogas para tomada de decisão responsável
03	Riscos e consequências
04	Pressão dos colegas
05	Lidando com situações de tensão
06	Bases da comunicação
07	Comunicação não verbal e escuta ativa
08	Bullying
09	Ajudando os outros
10	Obtendo ajuda dos outros e revisão

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD/RS, 2019.

Como se pode observar, as aulas se reportam a temas relacionados ao cotidiano vivido pela sociedade. É preciso resaltar que *DARE* por mais de duas décadas, tem sido um programa internacional com seus currículos sendo ministrados em mais de 50 outros países, com seis centros de treinamento *DARE* internacionais, capazes de treinar e ensinar em diversos idiomas. Até o momento, esses centros formaram mais de 12.000 agentes de segurança em todo o mundo. Material de sala de aula estão disponíveis em 13 idiomas e inclusive em Braille. Além disso, a *DARE* é uma ONG consultiva oficial das Nações Unidas e membro da Federação Mundial Contra o Abuso de Drogas.

O Programa é pedagogicamente estruturado em 10 lições, com a duração de 45 a 60 minutos cada uma, sendo ministradas obrigatoriamente, por um Policial Militar fardado, que, além da sua presença em sala de aula, na atuação como educador social, propicia um forte elo na comunidade escolar em que atua, fortalecendo o trinômio: Brigada Militar, Escola e a Família. Para o 7º ano, foram oferecidos temas (Tabela 3), relacionados a prevenção do uso das drogas.

Tabela 3 – Lições livro do estudante do 7ºano.

	Título da lição
01	Introdução ao real / Perguntas do Real
02	O jogo de adivinhação
03	Modelo de tomada de decisão Proerd / Histórias de conflito
04	Recusar assertivamente
05	Explicar com frases afirmativas iniciadas com “eu”
06	Cenários para abster-se
07	Cenários para livrar-se
08	Senso comum / Tomada de decisão pessoal
09	Cenários para encenação / Roteiro para discussão dos cenários
10	Eco-Mapa

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD/RS, 2019.

Após concluídas as lições, é realizada uma formatura em conjunto com todos os alunos das escola que participaram do programa. Sendo entregue para os estudantes um certificado de conclusão, também é entregue para cada aluno destaque das turmas uma medalha. A formatura, conforme figura 3, é um momento muito aguardado pelos estudantes e pais, pois permite além da entrega dos certificados o sorteio de premiação entre os alunos participantes.

Figura 3 – Dois momentos da Formatura PROERD 2018.



Fonte: Arquivo do Autor, 2019.

Diante do histórico do programa resta o desafio maior de estudar, através de pesquisa científica, o impacto e a dimensão do desempenho do PROERD, visando e propor melhorias para modernização da Brigada Militar, que sempre foi uma polícia militar presente nos acontecimentos históricos do Brasil no aspecto segurança pública. A presente política pública de segurança pública apresenta uma polícia militar mais aproximada da comunidade, com a constante evolução social da sociedade, conforme Fernandes:

Dando conta de que a comunidade é a razão de ser da Polícia e esta última é parte integrante da paisagem social de toda e qualquer comunidade, pelo que é extremamente importante a construção de um novo diálogo focado na cooperação (FERNANDES, 2014, p. 66).

Em épocas de contenção de gastos públicos, bem como justificativa de investimentos de políticas públicas, se faz necessário apresentar resultados que justifiquem o investimento de forma coerente e em projetos que produzam bom resultados, conforme mencionado por Pinsky:

A avaliação de programas deve ser uma prática largamente difundida pelos governos, pois ela favorece um maior ajuste na distribuição das verbas públicas, além de propiciar, por meio do conhecimento detalhado, a correção dos rumos a ser seguidos. Vários estudos mostram que, para investimento proporcional a um 1 dólar em programas de prevenção, 10 dólares seriam gastos em tratamento, sem levar em conta os prejuízos que atingem familiares dos dependentes químicos.

Nesta mesma linha surge a demanda ainda maior do presente estudo, partindo do pressuposto que fazer pesquisa com cunho científico, utilizando a vivência empírica de duas décadas de aplicação do programa e a possibilidade de diagnosticar resultados até então existentes no cenário das ideias é razão pela qual a Instituição anseia por resultados (PINSKY, 2004, p. 111).

Fazer o uso racional dos recursos públicos é obrigação de todos os servidores, tanto os de ordem pessoal, material como os financeiros, visando sempre ao bem de toda a sociedade. Estrategicamente, é comprovado pela ONU que os gastos investidos na prevenção são menores que os utilizados em tratamentos, na proporção de 1 para 10 dólares, respectivamente prevenção e tratamento. Fato que deve impulsionar os gestores públicos na linha prevencionista, pois nem sempre os resultados do tratamento conseguem plena eficácia.

4.2 A FORMAÇÃO DO INSTRUTOR

Conforme edital do Departamento de Ensino da Brigada Militar, a seleção do instrutor se dá através de etapas que inclui a avaliação dos candidatos através dos seguintes requisitos: a) ser voluntário; b) ter, no mínimo, 01 (um) anos de serviço em atividade fim da corporação; c) possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais, recreativas ou comunitárias; d) apresentar bom comportamento; d) não estar respondendo a processo civil ou militar e nem a inquérito na condição de indiciado; e) ter, no mínimo, o Ensino Médio completo; f) preferencialmente possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais, recreativas e/ou comunitárias; g) ter facilidade de expressar-se verbalmente. No processo de seleção também é prevista e realizada uma entrevista individual com os candidatos, com a presença de um profissional da área de psicologia.

Após aprovado o instrutor é submetido a uma carga de disciplinas que fortaleceram a sua atuação junto a sala de aula como veremos a seguir (tabela 4).

Tabela 4 – Disciplinas que integram o curso de formação de instrutor do PROERD.

	Disciplinas
01	Noções sobre técnica de ensino
02	Noções acerca das principais teorias psico-pedagógicas
03	Noções sobre o desenvolvimento infantil e da adolescência
04	Comunicação: Problema ou Solução
05	Prática de dinâmica de grupo
06	Práticas de recreação
07	Aspectos técnicos das drogas – prevenção/repressão
08	Relações interpessoais e psicologia aplicada
09	Exclusão social

10	Desvio de conduta, ética profissional e qualidade administrativa
11	A criança e o adolescente
12	O Estatuto da Criança e do Adolescente
13	Dependência química
14	Noções sobre drogas lícitas e ilícitas
15	Legislação específica sobre drogas
16	A política de atuação do Conselho Estadual Anti-drogas (COEAD) na prevenção e no tratamento das dependências químicas

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD/RS, 2019.

As disciplinas são ministradas por equipes de multiplicadores habilitados, compostas por, no mínimo um máster, que é um instrutor do PROERD que possui curso de qualificação, que coordenará o curso para Policiais Militares, com a duração de 110 horas-aula, divididas em duas semanas, com 11 horas-aula por dia, com dedicação exclusiva. O curso também tem em um estágio probatório supervisionado por um mentor do CRPO, onde o policial militar deve formar, dez turmas de alunos com o aproveitamento exigido pelo programa.

A equipe de formação de Instrutores/PROERD, chamados de Mentores do PROERD, é habilitada através do Curso de Formação de Multiplicadores/PROERD, com duração de quarenta horas/aula, que objetiva habilitar o Policial Militar (Instrutor/PROERD) a participar das equipes de treinamento encarregadas da realização de cursos de Formação de Instrutores PROERD. O Policial Militar, após a conclusão do Curso de Instrutores/PROERD, integrará o quadro de Instrutores do Programa, para imediato emprego, devendo permanecer nessa atividade por um período mínimo de 02 (dois) anos, em regime de exclusividade, (vide figura

Figura 4 – Soldado PROERD ministrando aulas.



Fonte: Arquivo do Autor, 2019.

5 INDICADORES DO PROERD NO RIO GRANDE DO SUL

Os dados a seguir (tabela 5), demonstram o número de escolas atendidas e o número de municípios agraciados pelo PROERD entre o ano de 2009 a 2017, conforme dados fornecidos pela Coordenação do PROERD Estadual.

Tabela 5 – Quantitativo de escolas e de municípios agraciados pelo PROERD – entre 2009 a 2017.

Ano	Total de escolas				
	Rede Pública		Particular e outros	Total	Municípios abrangidos
	Estadual	Municipal			
2009	965	989	150	2104	383
2010	1035	1117	175	2327	409
2011	800	906	116	1822	316
2012	826	914	126	1866	459
2013	1206	1482	195	2883	220
2014	910	1234	102	2246	210
2015	584	662	115	1361	113
2016	509	558	82	1149	139
2017	464	603	76	1143	157

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD/RS, 2019.

Os dados fornecidos pela Coordenação Estadual do PROERD apresentam que a Política Pública de Segurança, utilizada pela Brigada Militar através do PROERD esteve presente em 16.901 escolas, atendendo o total de 2.406 municípios do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2009 e 2017, sendo alcançados 728.883 alunos de escolas estaduais, municipais e particulares. Estes dados consolidam o PROERD como a maior Política Pública de Segurança utilizado pela Brigada Militar. Observe-se que nos últimos anos houve uma diminuição de escolas atendidas nos municípios com relação ao início dos anos avaliados.

Para se avaliar o impacto do PROERD na comunidade escolar, precisa-se compreender o seu alcance, e os números de alunos que passaram pelo projeto em nível estadual, como demonstrado a seguir (Tabela 6) resalta a importância deste projeto para a comunidade.

Tabela 6 – Quantitativo de alunos participantes do PROERD – entre 2009 a 2017.

Ano	Total de alunos			
	Rede Pública		Particular e outros	Total
	Estadual	Municipal		
2009	64657	36531	4686	105.874
2010	50801	50952	7471	109.224
2011	34441	37628	4872	76.941
2012	48605	43592	8151	100.348
2013	44407	50239	7293	101.939
2014	33281	42487	3695	79.463
2015	26870	28376	6206	61.452
2016	21158	22157	4235	47.640
2017	19829	23061	3112	46.002

Fonte: Coordenação Estadual do PROERD/RS, 2019.

Os números apresentados de alunos sofreu uma diminuição drástica durante os anos, um dos motivos é a redução do número do efetivo da Brigada Militar e consequentemente dos instrutores, que passam para reserva remunerada (RR). Com a intenção de voltar a alcançar mais alunos, certos comandantes tem utilizado o policial militar voltado exclusivamente para ministrar aulas do PROERD. Uma alternativa importante, que demonstra que o Comando da Brigada Militar está alinhada com esta política pública é que o policial tem direito a horas extras dando aula.

Atualmente o Rio Grande do Sul possui 435 instrutores aptos para ministrarem aulas do PROERD, sendo que 298 instrutores estão em atividade junto as escolas.

Figura 5 – Equipe PROERD São Borja 2017.



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Anualmente os instrutores do PROERD se reúnem para participar de um seminário de troca de experiências, atualização do currículo e capacitação (Figura 6). Este seminário conta com apoio do Comando Geral da Brigada Militar, sendo custeado pelo governo através de diárias para os policiais militares.

Figura 6 – Seminário do Proerd em 2017 em Porto Alegre.



Fonte: Arquivo Coordenação Proerd RS, 2017.

Este seminário também serve para reencontro dos instrutores que participaram das turmas de formação, pois todos ficam acomodados em um hotel que é exclusivamente locado para este evento.

Os dados referentes a São Borja apresentam o número de 175 escolas (Tabela 7) estaduais, municipais e particulares e 5857 alunos formados, correspondente aos dados estaduais do mesmo período.

Faz-se necessário destacar, que conforme informações da Coordenação Estadual do PREORD/RS os gastos/investimentos em nível estadual são mínimos para o Governo Estadual. Todo gasto na produção das apostilas, medalhas, leões de pelúcia e demais matérias fornecidos pela coordenação, são provenientes de doações de grandes empresas privadas, como por exemplo, Gerdau, Liquigás, Gráfica Calábria etc. A participação do estado está na captação de recurso e no fornecimento humano através de policiais militares que irão desenvolver as aulas nas escolas, durante seu turno de serviço. Os custos da Brigada Militar na manutenção do projeto, está em escalar o militar habilitado para ministrar o curso que ficará responsável na formação das turmas, cabe salientar que este polícia militar, completa a sua carga horária mensal desempenhando serviços administrativos e no policiamento ostensivo.

Portanto os custos econômicos para o desenvolvimento do PROERD para o Estado se reflete na cedência do policial militar que irá desempenhar as suas funções dentro de uma sala de aula, para um público específico. Precisando destacar que este policial militar estará trazendo um policiamento aproximado para os alunos, professores e comunidade do local com a sua permanência.

Tabela 7 – Indicadores de participantes do PROERD em São Borja.

	Escolas participantes	Alunos participantes
2008	22	550
2009	24	620
2010	27	680
2011	28	700
2012	24	610
2013	20	500
2014	18	450
2015	14	350
2016	0	0
2017	20	1397

Fonte: elaborado pelo autor com informações do PROERD de São Borja, 2019.

Os números apresentados por São Borja demonstram que se mantiveram estáveis até o ano de 2016 em que não se teve nenhuma turma formada, sendo que a justificativa estava que os esforços do Batalhão estavam voltado para outro projeto social que tratava-se da Brigada Mirim, projeto este que trazia crianças e adolescentes para dentro do quartel em todo final de semana, requerendo uma atenção especial dos instrutores.

Com o retorno do PROERD no ano de 2017, teve a formação de um número bem elevado de alunos. Cabe destacar que o PROERD de São Borja neste ano foi destaque em nível estadual pelo maior número de alunos formados nas escolas do município, sendo que a Equipe foi agraciada com um troféu, (Figura 5) sendo entregue a distinção em Porto Alegre pela Coordenação Estadual do PROERD, no Seminário Estadual do PROERD.

Figura 7 – Troféu Destaque 1º Lugar Proerd Estadual.



Fonte: Arquivo do autor, 2017.

Figura 8 – Coordenador do PROERD de São Borja recebendo o Troféu Destaque em Porto Alegre.



Fonte: Arquivo do Autor, 2017.

Tal conquista só foi possível, pois se tinha executando o PROERD, cinco instrutores que eram responsáveis por cada dia da semana em ministrar aulas, sendo escalado nos demais dias no policiamento ostensivo. Esta premiação elevou o nome de São Borja, apresentando dados positivos para a coordenação estadual, levando a prevenção para muitos alunos.

5.1 IMPACTO DO PROERD NA COMUNIDADE EDUCATIVA

A violência tem se tornado uma calamidade para toda a sociedade, difundindo sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos a economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente, havendo uma desigualdade na forma da vitimização letal, são sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 29 anos (WASELFSZ, 2015), que tem pagado com a vida o

preço de nossa insensatez coletiva. O problema alcançou um ponto tão grave que já há um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um déficit que só se verifica em países que estão em guerra. Embora não estando em guerra, experimentamos as consequências típicas de uma guerra. Nesta nossa guerra particular, na qual adolescentes sem perspectiva e esperança, são recrutados pelo tráfico drogas, passando até mesmos a matar seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia (SOARES, 2005).

Não é diferente com os jovens de uma cidade fronteira, como a cidade de São Borja, onde estes estão suscetíveis às violências e ao envolvimento com drogas. Os problemas decorrentes do uso de drogas pelos jovens têm influenciado em suas vidas, tendo em vista que o consumo muitas vezes está atrelado com a violência e criminalidade.

E mesmo São Borja sendo uma pequena cidade, afastada dos grandes centros metropolitanos, de acordo com o IBGE (2010), a população do município em 2010 era de 61.671 mil habitantes, sua extensão territorial é de 3.616,691 Km², fazendo fronteira com a Argentina, o que facilita no tráfico internacional de drogas e armas. São Borja apresenta índices criminais que precisam ser monitorados, para que a criminalidade e a violência não tomem proporções incontroláveis.

No intuito de criar alternativas para os estudantes samborjenses, o 2º Batalhão de Policiamento da Área de Fronteira da Brigada Militar implantou na sua unidade de segurança o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Estas Políticas Públicas tem o objetivo de desenvolver uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado (policial instrutor PROERD), professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência na comunidade escolar gaúcha.

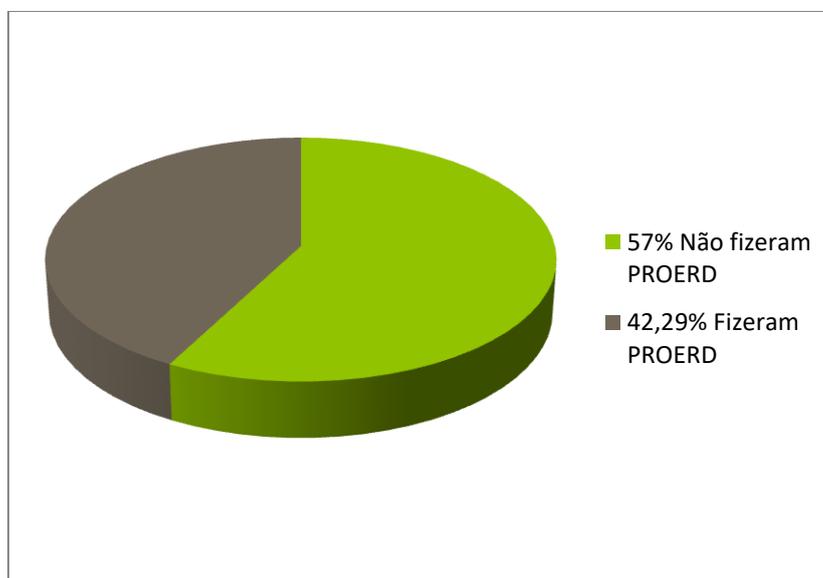
O PROERD tem por característica, prevenir os efeitos das drogas e da violência, através da aplicação de um currículo específico para alunos do Ensino Fundamental, abrangendo os 5º e 7º anos, na faixa etária média dos 09 aos 14 anos, bem como fortalecer a imagem da Brigada Militar através do Policiamento Ostensivo Preventivo nas escolas, visto que o trabalho com crianças e adolescentes na comunidade desmistifica a imagem de uma polícia apenas repressora, que só aparece para resolver problemas de ocorrências policiais, muitas vezes taxada de violenta.

A avaliação dos questionários aplicados aos alunos dos 6º, 7º e 8º ano do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia e da Escola Municipal Duque de Caxias, localizadas no Bairro do Passo de São Borja serão divididos em categorias de acordo com os objetivos

específicos, referente aos alunos que fizeram o PROERD e os que não fizeram o PROERD, como forma de trazer uma compreensão mais objetiva, para entendermos os resultados colhidos durante a pesquisa. Destaca-se que os gráficos decorrentes da pesquisa encontram-se no apêndice I.

Conforme dados obtidos constatou-se que do total de alunos pesquisados (201) a maior parte deles 57%, (Gráfico 1) não haviam participado do PROERD. Cabe ressaltar, que ambas as escolas tiveram PROERD, e os alunos que não fizeram são remanescentes de outras escolas que não tiveram o projeto em sua respectiva escola.

Gráfico 1 - Alunos participantes do PROERD.

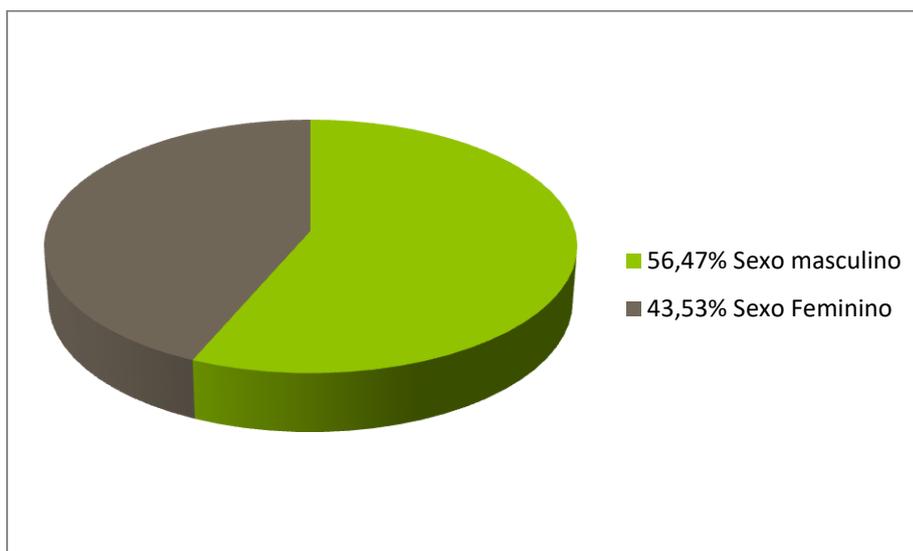


Fonte: Do autor, 2019.

Mais da metade dos alunos participantes da pesquisa é do sexo masculino, o que demonstra também que nesta região a predominância do sexo masculino é maior que ao sexo feminino, sendo que a maioria dos crimes tem envolvimento de pessoas do sexo masculino.

Quanto ao gênero 56,47 % (Gráfico 2) dos alunos são do sexo masculino. Isso se deve pelas turmas determinadas pela direção da escola ter um percentual maior deste gênero.

Gráfico 2 - Distribuição dos alunos em relação ao gênero.



Fonte: De própria autoria, 2019.

Com relação ao gênero predominante ser masculino, tem por fundamento que a grande parte dos crimes a autoria é masculina, sendo também as grandes vítimas e autores de homicídios na cidade de São Borja.

Dos que participaram do programa 82,35%, (Tabela 8) lembram-se do significado da sigla, lembrança está que se torna muito importante tendo em vista, que a definição da lembrança do PROERD, pressupõe que os alunos detém os conhecimentos adquiridos durante o curso.

Tabela 8: Distribuição dos alunos em relação a lembrar da sigla PROERD

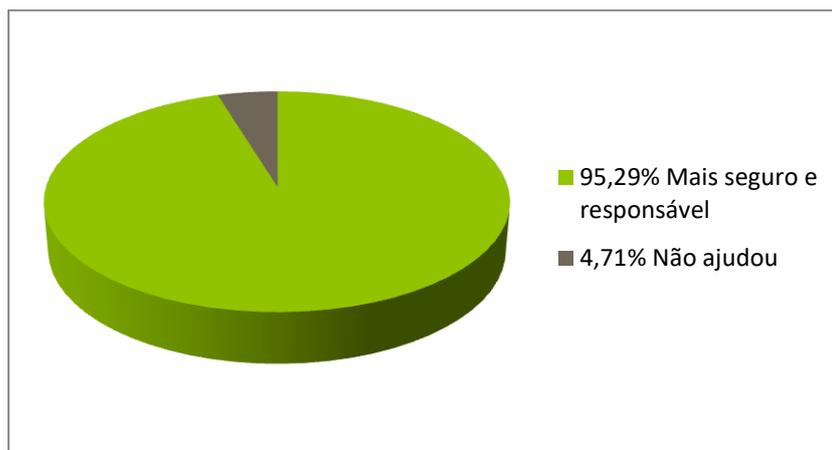
Lembrança da sigla PROERD	Número absoluto	Número relativo (%)
Sim	70	82,35%
Não	15	17,65%

Fonte: De própria autoria, 2019.

Quando se procurou saber juntos aos alunos pesquisados referente à lembrança do nome PROERD, este avaliador buscou saber a importância do projeto, partindo da lembrança da sigla, está que traz em seu nome o objetivo principal que é o combate as drogas e a violência.

O gráfico a seguir apresenta dados quanto a participação dos alunos oportunizou tornarem-se mais seguros e responsáveis, sendo que para 95,29%, (Gráfico 5) sendo que nas justificativas dos alunos, relataram que aprenderam muitas coisas importantes, como por exemplo, os riscos de quem fuma cigarro e atitudes para se proteger das drogas.

Gráfico 5 - Distribuição dos alunos em relação a sentirem mais seguro e responsáveis.

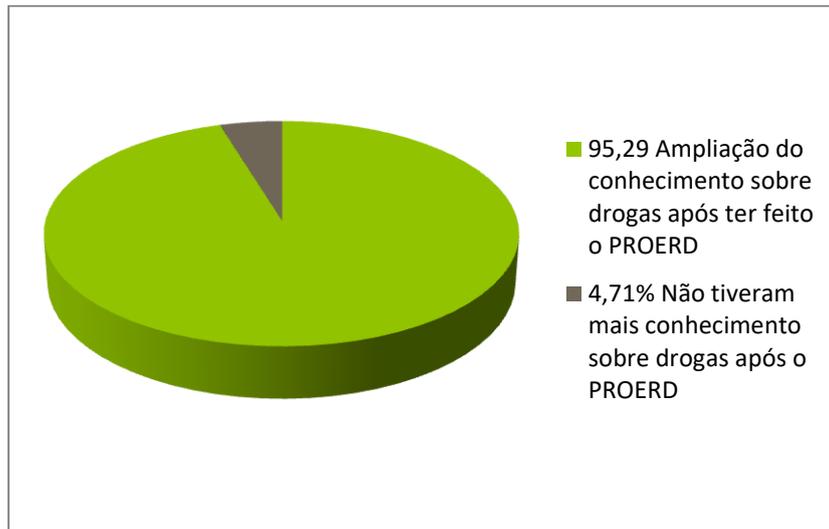


Fonte: Do autor, 2019.

Com relação à conduta de ser mais responsáveis em algumas atitudes como, por exemplo, na escola erguer a mão para falar, a ter mais respeito com seus pais, professores e as pessoas que estão ao redor. A contribuição do programa não ficou apenas com os alunos, como influenciou o pai de aluno a parar de fumar, conforme relato das lições em sua casa. O que fica explícito é a conscientização dos malefícios que a droga causa na vida, e que seu uso não contribui para formação de bons cidadãos. Para alguns o PROERD ensinou o certo e o errado.

Portanto está maioria dos alunos tiveram seus conhecimentos sobre o uso de drogas e suas consequências ampliadas após participarem do programa. Conhecimento estes que são exercitados pelos instrutores através das lições.

Gráfico 6 - Ampliação do conhecimento após o PROERD.

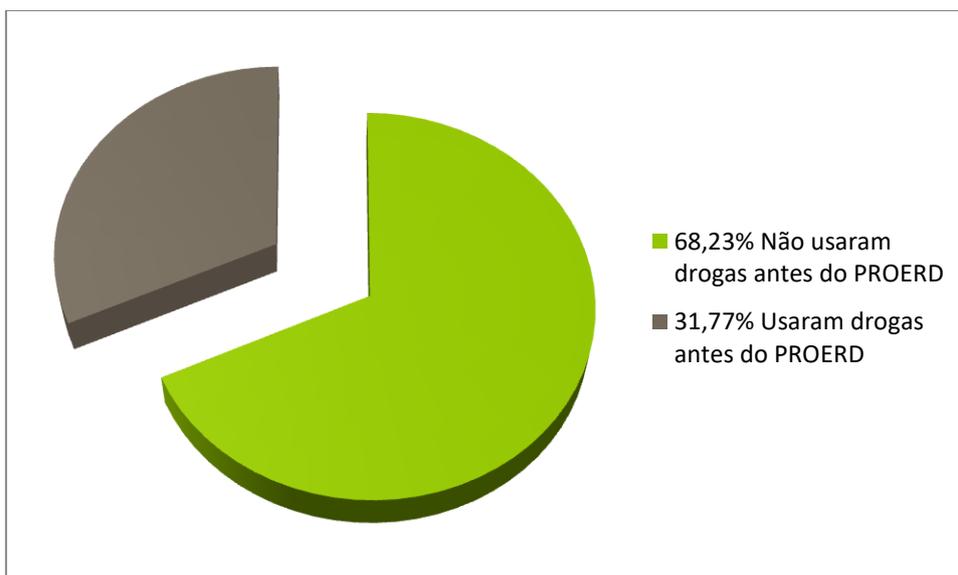


Fonte: De própria autoria, 2019.

Alguns alunos apresentaram como justificativa de que tiveram conhecimento dos sintomas das drogas, bem como suas consequências em usar e que o consumo de bebida alcoólica é tão nocivo, quanto ao uso de drogas ilícitas.

Ficou evidenciado que 31,77%, (Gráfico 7) haviam usado algum tipo de droga ilícita ou lícita antes de participarem do PROERD, o que demonstra índices elevados para um ambiente escolar, reforçando a ideia que a aplicação de políticas públicas voltadas para a prevenção juvenil se torna importante.

Gráfico 7 - Uso de drogas antes do PROERD.

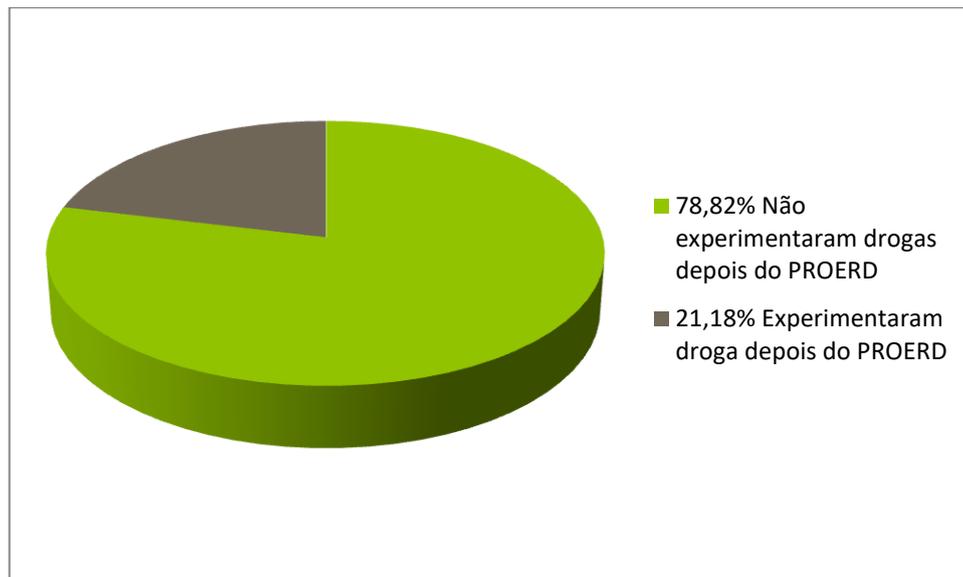


Fonte: De própria autoria, 2019.

Alguns alunos responderam que as drogas lícitas mais consumidas seria a cerveja, vinho e cigarro e a droga ilícita mais citada a maconha.

Após terem feito o programa 21,18%, (Gráfico 8) dos alunos experimentaram alguma droga, sendo que esta pergunta se torna importante para se poder confrontar com a anterior e saber a influência que o PREORD exerce na forma de prevenção.

Gráfico 8 - Uso de drogas depois do PROERD.

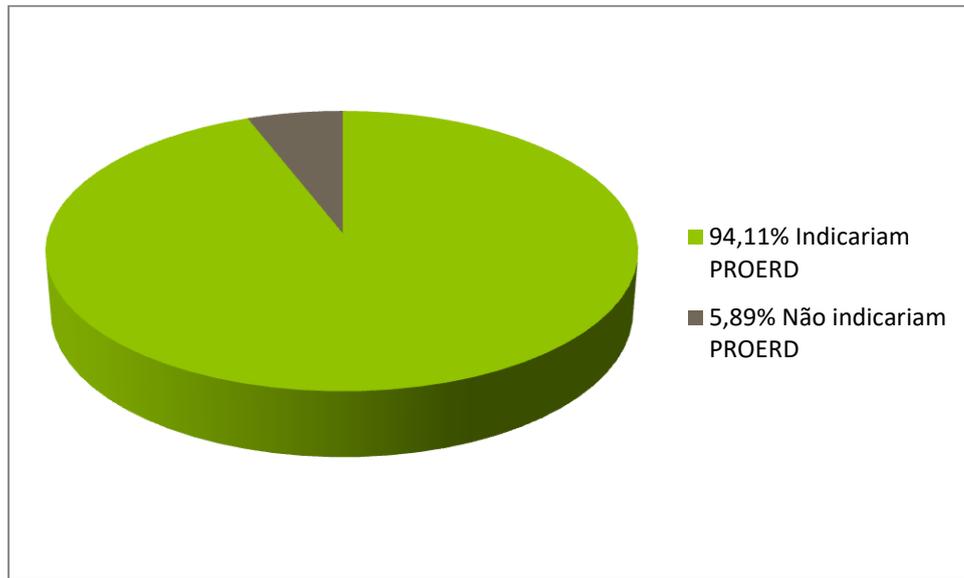


Fonte: De própria autoria, 2019.

Os números apresentados demonstra que houve uma redução dos alunos que usaram algum tipo de droga lícita ou ilícita, e comparando os dados dos Gráficos 6 e 7, ficou constatado que houve uma redução de 33,33% dos alunos que usaram algum tipo de droga lícita ou ilícita após terem feito o PROERD. Estes dados são importantes, pois demonstra que esta Política Pública preventiva na área de segurança tem efeito expressivo para afastar os alunos das drogas e conseqüentemente da violência.

Mais de 94%, (Gráfico 9) dos alunos indicaria o PROERD para amigos e ou familiares, ficando evidenciado a aceitação da comunidade escolar em relação a receptividade do projeto pelos alunos.

Gráfico 9 - Indicação do PROERD



Fonte: De própria autoria, 2019.

Dentre as justificativas apresentadas pelos alunos que recomendariam o PROERD, está na justificativa de que ao aprenderem os malefícios que as drogas causam para seu corpo e para a sociedade, havendo uma necessidade de que pessoas próximas aos alunos tenham a oportunidade de receber as instruções, com reflexo nas suas vidas. Entre as justificativas apontada pelos entrevistados que a conscientização dos malefícios do uso de drogas seria importantes para que parentes evitassem morrer cedo pela utilização de drogas, desta forma fazendo escolhas boas para suas vidas.

Para 97,65%, (Gráfico 10) dos alunos o PROERD funciona como programa de prevenção, evitando a violência e o envolvimento com drogas, sendo apresentada pelos alunos como justificativa que a violência em muitos casos está vinculada ao consumo de drogas.

Gráfico 10 - PROERD como programa de prevenção

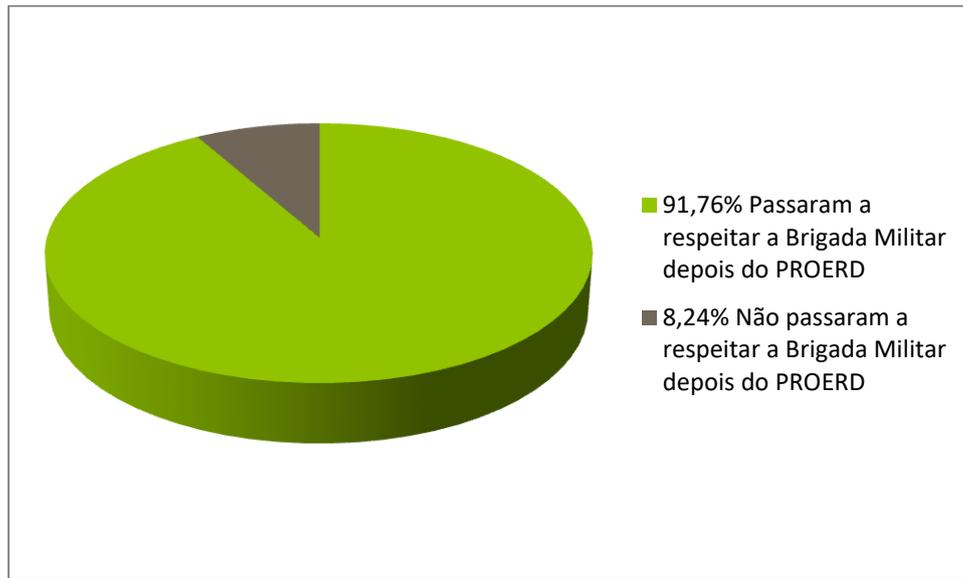


Fonte: De própria autoria, 2019.

A quase totalidade por parte dos entrevistados de que o PROERD funciona como um programa de prevenção demonstra a eficiência desta política pública nas escolas de São Borja e como as disciplinas colaboraram para capacitar os alunos a resistirem às drogas e a violência.

Constatou-se que 91,76%, (Gráfico 11) dos alunos passaram a respeitar mais a Brigada Militar depois que fizeram o PROERD, dados estes que reforçam a magnitude do projeto, pois este respeito desmitifica algumas negativas impressões que se tem da polícia militar.

Gráfico 11 - Respeito pela Brigada Militar após o PROERD

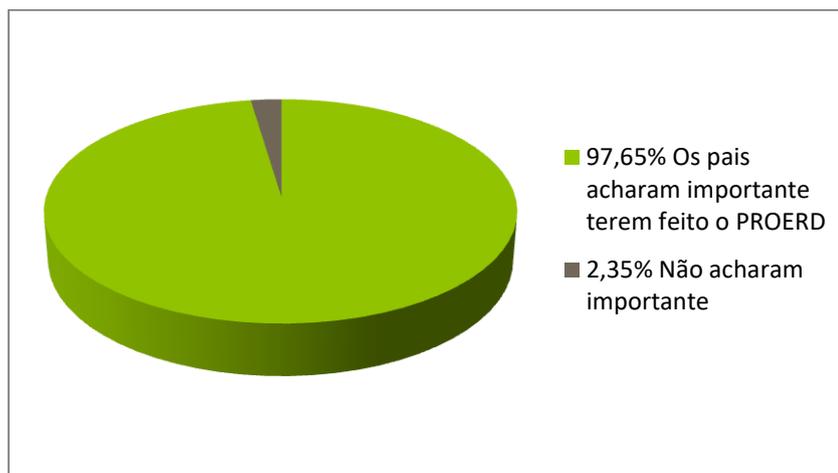


Fonte: De própria autoria, 2019.

Os alunos apresentaram em suas repostas que identificam com a função policial militar e no futuro querem ser policiais, despertando nos alunos o respeito pelas autoridades.

Constatou que 97,65%, (Gráfico 12) dos alunos responderam que seus pais acharam importante terem feito o projeto, que embora seja um projeto restrito ao ambiente escolar, demonstra o seu alcance fora da escola.

Gráfico 12 - A importância do PROERD para seus pais.

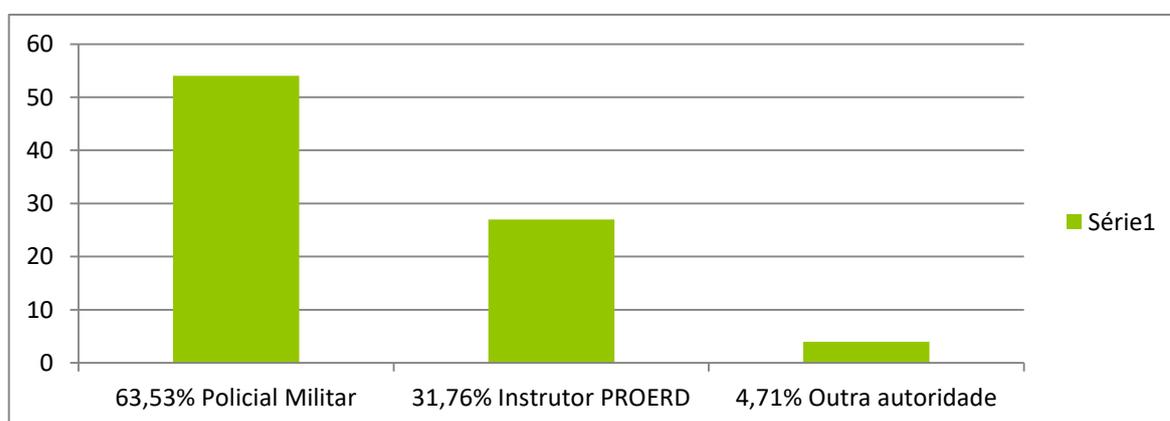


Fonte: De própria autoria, 2019.

A aceitação do PROERD por parte dos pais dos alunos, demonstra que os pais tem mantido um diálogo com seus filhos e que os mesmos tem participado da rotina escolar de seus filhos.

Já 63,53, (Gráfico 13) relatariam um crime ou problema para a polícia militar, 31,76%, (Gráfico 13) para o instrutor do PROERD e 4,71%, (Gráfico 13) para outra autoridade. Chama a atenção a confiança que o aluno adquiriu com a figura do instrutor do PROERD, pois este trata-se de um policial militar. Fica demonstrado que o policiamento comunitário, aquele que o policial militar mantém contato com uma comunidade de forma rotineira é de grande importância para o aumento da confiança entre policial e comunidade.

Gráfico 13 - Para quem falaria referente a um crime.



Fonte: De própria autoria, 2019.

Esta confiança por parte do aluno com o instrutor se constrói durante a execução do projeto e nas escolas, pois a grande maioria são turmas pequenas, o que possibilita uma convivência mais aproximada, estreitando os laços entre polícia e alunos. Teve um aluno que respondeu que não relataria para ninguém, pois não era dedo duro, típica manifestação de pessoas que convivem com o crime e por medo de represarias ficam no silêncio.

Referente a avaliação do PROERD por parte dos alunos 71,77%, (Tabela 9) atribuíram a nota 10 para o programa, o que demonstra uma aceitação pela comunidade acadêmica, na forma do envolvimento da polícia com a escola.

Tabela 9 - Notas para o PROERD

ALUNOS	NOTA ABSOLUTA	NOTA RELATIVA
61	10	71,76%
13	9	15,29%
5	8	5,89%
3	7	3,53%
2	5	2,36%
1	2	1,17%

Fonte: De própria autoria, 2019.

Se considerarmos que a média de satisfação seja a partir da nota sete, podemos avaliar que quase 99% dos alunos estão satisfeitos com a forma em que o PROERD atua, indo de encontro com a necessidade dos estudantes para resistir às drogas e a violência.

Na avaliação do instrutor, 76,48%, (Tabela 10) deram nota 10 para o instrutor. Este alto índice de aceitação entre o aluno e o instrutor, deve-se a rotina que se dá na sala de aula, pois o policial militar instrutor tem encontro semanais com os alunos por 10 semanas.

Tabela 10 - Nota para o instrutor.

ALUNOS	NOTA ABSOLUTA	NOTA RELATIVA
65	10	76,47%
13	9	15,29%
3	8	3,53%
2	5	2,35%
1	3	1,18%
1	2	1,18%

Fonte: Do autor, 2019.

Quanto a avaliação do instrutor, se faz necessário pois existe um investimentos na formação do mesmo, a avaliação positiva do instrutor demonstra a afinidade que se cria entre ele e o estudante, que dividem a sala de aula. Este instrutor é responsável por diminuir os espaços que a polícia militar tem com a comunidade, sendo um ator importantíssimo para o sucesso do projeto.

Das alternativas apresentada aos alunos para saber na sua opinião o que leva a experimentar droga, 41,23% (Tabela 11) dos alunos alegaram que a influência de amigos leva

a experimentarem drogas, portanto aquela preocupação dos pais referente as amizades, com quem os filhos andam é de extrema importância para o envolvimento com as drogas.

Tabela 11- Distribuição de alunos em relação o que leva a experimentar droga.

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Influência de amigos	41	41,23%
Curiosidade	23	27,07%
Ser aceito no grupo	19	22,35%
Chamara atenção dos pais	2	2,35%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esta pergunta se torna importante para a orientação dos pais dos alunos, pois ficou evidenciado que a grande maioria dos alunos alegam que a influência de amigos é uma das causas para o consumo de drogas. Se faz importante ressaltar que a curiosidade também é um fator preocupante, sendo trabalhado pelo instrutor através das aulas práticas os tipos de drogas e suas consequências. O PROERD possui uma especialização para os instrutores, que se chama PROERD Pais, que visa capacitar os policiais militares a orientarem seus filhos dos malefícios das drogas, bem como identificar atitudes que possam estar acontecendo com seus filhos, decorrente do uso das drogas.

A droga mais consumida por 25,88%, (Tabela 11) dos alunos trata-se da bebida alcoólica, por se tratar de uma droga legal e de fácil aquisição, tem dados elevados de consumo.

Tabela 11 - Distribuição de alunos em relação a drogas experimentadas.

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Nenhuma droga	58	68,24%
Bebida alcoólica	22	25,88%
Cigarro	2	2,35%
Maconha	2	2,35%
Outra droga	1	1,18%

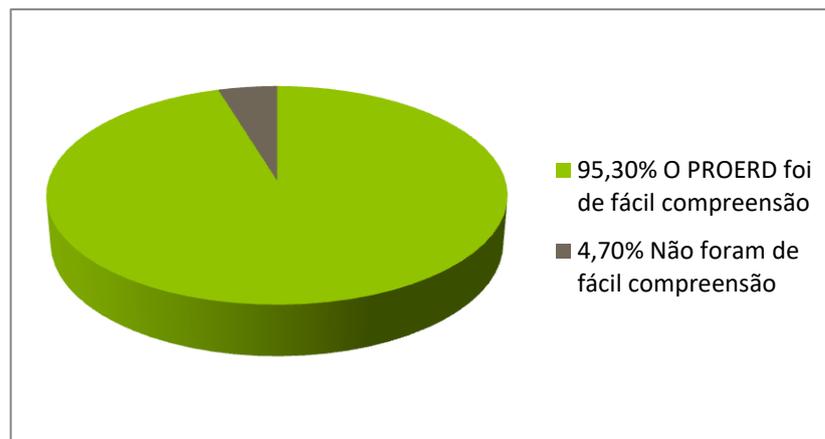
Fonte: Do autor, 2019.

A bebida alcoólica representa a droga lícita mais consumida pelos alunos, o que torna preocupante tanto quanto a utilização de drogas ilícitas. É que a consequência de seu consumo por adolescentes que estão em formação física, pode vir a comprometer suas vidas

intelectualmente e fisicamente. A bebida alcoólica é responsável, em sua grande maioria pelos acidentes de trânsito. E na construção do cidadão a conscientização e alerta de seu mau uso se torna importante.

Foi de fácil compreensão para 95,30%, (Gráfico 14) dos alunos a forma como os assuntos foram abordados pelo instrutor em sala de aula.

Gráfico 14 - Assuntos de fácil compreensão do PROERD.

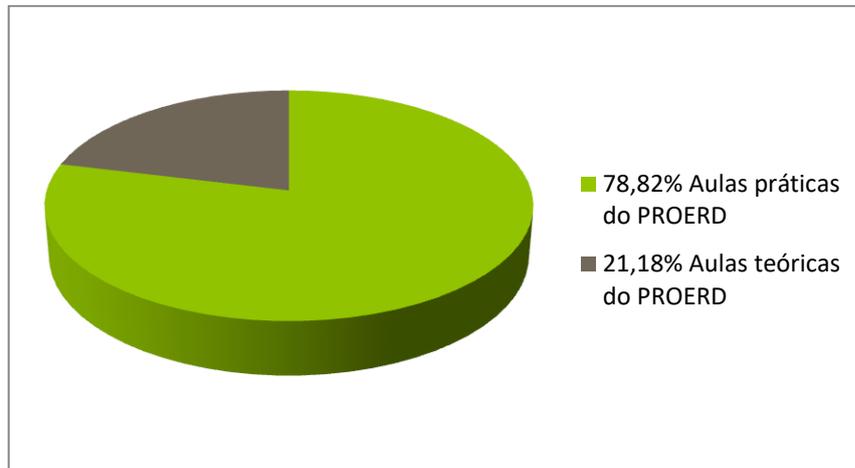


Fonte: De própria autor, 2019.

Muitos instrutores desenvolvem técnicas de aprendizado que facilita a compreensão por parte dos alunos. Também aplicam exercícios que os alunos tem que fazer juntamente com seus responsáveis, desta forma provocando aos seus pais a participarem das atividade escolares.

A praticidade das aulas foi apontada por 78,82%, (Gráfico 15) dos alunos, ficando mais explicito que as atividades que são práticas, que envolvam a participação de todos, despertam mais a atenção e a curiosidade dos alunos.

Gráfico 15 - Aulas práticas ou teóricas. .

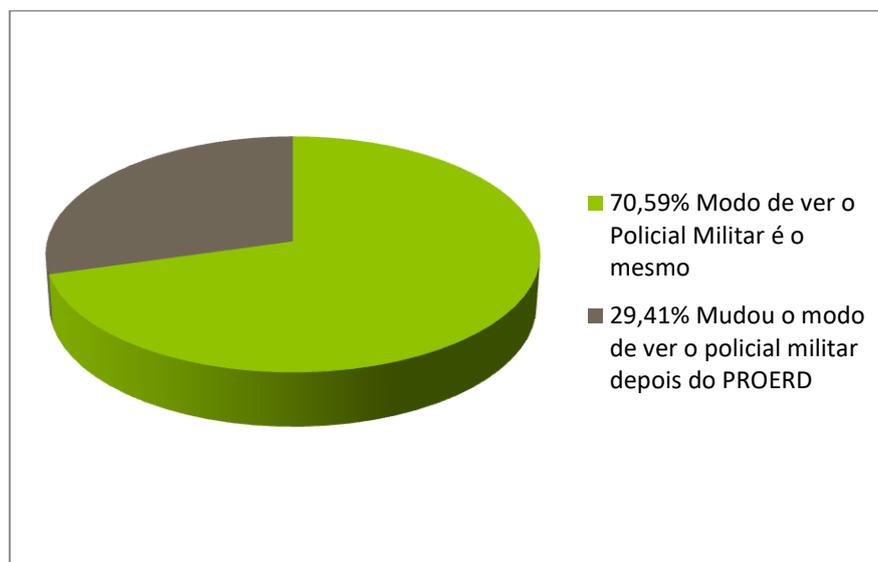


Fonte: De própria autoria, 2019.

Fica reforçado que a seleção do instrutor é muito importante para o sucesso do projeto, pois este ator tem que ter uma grande capacidade de incrementar as aulas, despertando desta forma a atenção dos alunos. Embora o conteúdo teórico seja muito importante, as aulas práticas despertam mais os alunos como é demonstrado na pesquisa.

Sendo que 29,41%, (Gráfico 16) dos alunos mudaram seu modo de ver o policial militar depois de terem feito o projeto, contribuindo para aproximação da sociedade para policial.

Gráfico 16 - O PROERD modo de ver o policial.

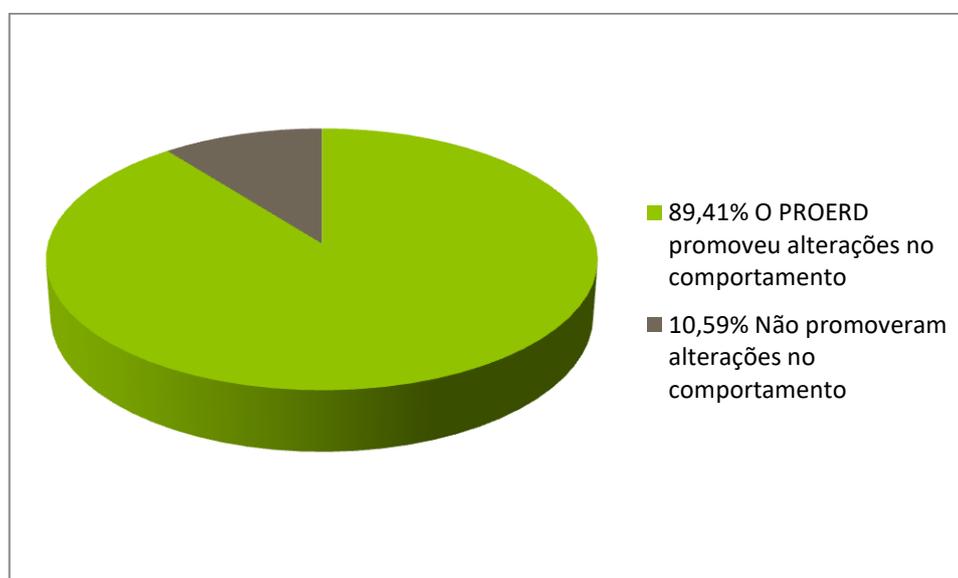


Fonte: De própria autoria, 2019.

Dentre as respostas apresentadas pelos alunos está de que sua visão do policial era pessoas truculentas e que “prendiam pessoas”, sendo que logo após a realização do curso tiveram suas visões alteradas quanto ao modo de ver o policial. Para os demais alunos estes responderam que sempre tiveram respeito pelos policiais militares.

Houve a alteração de 89,41%, (Gráfico 17) no comportamento dos alunos que fizeram o PROERD. Esta alteração se torna positiva, pois o objetivo maior do curso é tornar os alunos mais resistentes as drogas.

Gráfico 17: O PROERD promoveu alteração no comportamento.

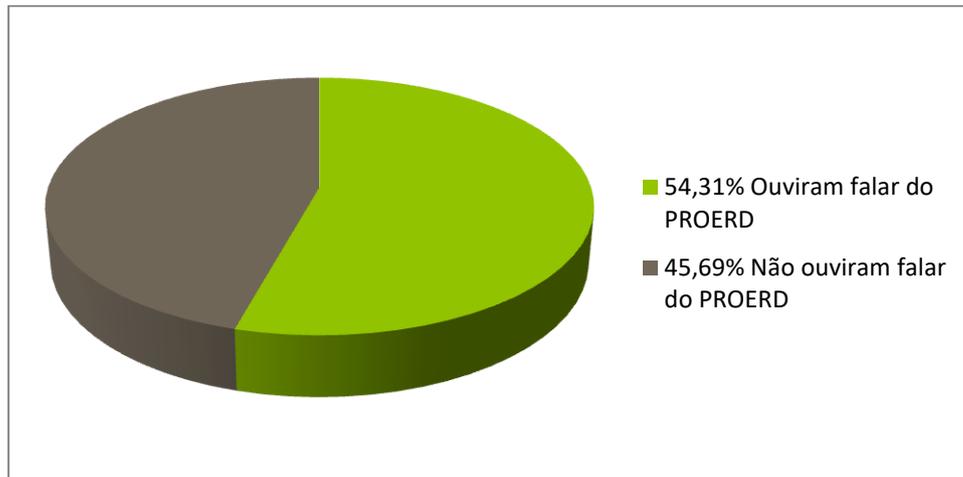


Fonte: De própria autoria, 2019.

O comportamento escolar é um tema que muito preocupa os educadores e mudar o pensamento destes alunos que são muitas vezes vítimas de maus tratos dentro de casa, bem como sofrem influências negativas e que muitas vezes repassam para dentro da escola, se torna importante para o ambiente escolar, quanto ao respeito com os professores e colegas.

Foi aplicado também um questionário para 57,71%, (Gráfico 1) dos alunos que não fizeram a política pública PROERD, sendo perguntado para os alunos se os mesmos já tinham ouvido falar do PROERD sendo que 54,31% (Gráfico 18) alunos responderam que sim.

Gráfico 18 - Ouviram falar do PROERD.

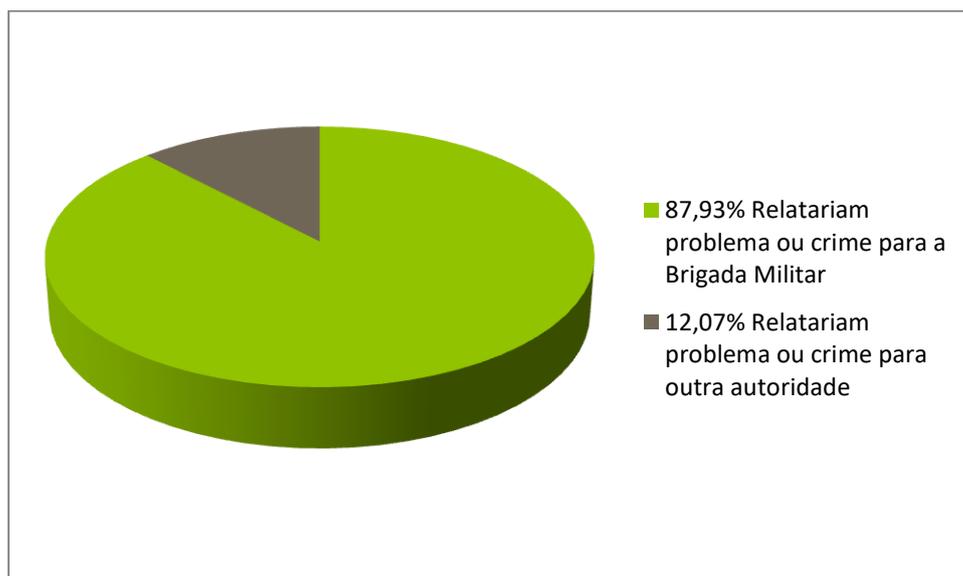


Fonte: De própria autoria, 2019.

A grande maioria dos entrevistados ouviu falar do PROERD através de parentes, amigos e alunos que participaram do projeto. Cabe destacar, como foi comentado, que o projeto em sua fase de conclusão realiza uma formatura que envolve todos os alunos participantes e conseqüentemente a escola, refletindo nos demais alunos.

Para 87,93%, (Gráfico 22) relatariam um crime ou problema para a polícia militar, embora não tendo o PROERD os alunos tem o policial militar como uma referência para noticiar algo criminoso.

Gráfico 22: Relatar problema ou crime.



Fonte: De própria autoria, 2019.

Os alunos que possuem PROERD, são apenas 63,53%, (Gráfico 13), se formos comparar com os dados anterior veremos que existe uma considerável diferença, mas cabe ressaltar que 31,76%, (Gráfico 13) dos alunos do PROERD relatariam algum ilícito para o instrutor, o que eleva para mais de 95% a confiabilidade dos alunos com a instituição Brigada Militar.

Para 53,45%, (Gráfico 10) dos alunos a influência de amigos leva a experimentarem drogas, informações estas que não ficam distantes dos dados especificados no Gráfico 11.

Tabela 12 - Distribuição de alunos em relação ao que leva a experimentar droga

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Influência de amigos	62	53,45%
Curiosidade	33	28,45%
Ser aceito no grupo	13	11,20%
Chamara atenção dos pais	8	6,90%

Fonte: De própria autoria, 2019.

Como as disciplinas do PROERD trabalham objetivamente para que o aluno possa resistir as drogas e a violência desencadeada pelo seu uso, podemos avaliar que a influência de amigos é bem maior para aqueles alunos que não tenham feito o projeto, bem como a curiosidade é menos para os alunos que fizeram o PROERD (Gráfico 11). Portanto estas informações necessitam ser repassadas para os pais para que monitorem seus filhos quanto a influência de amigos no uso de drogas. Existe também a problemática de usar drogas para ser aceito em algum grupo, o que determina que atividades em que envolvam os alunos e aplicação de uma forma de rodízio entre os mesmos possibilite a não criação de grupos fechados.

Sendo que a droga mais consumida para 22,41%, (Gráfico 11) é a bebida alcoólica, sendo que o cigarro apresenta dados mais elevados para os alunos que não fizeram o PROERD, se comparado com o Gráfico 11.

Tabela 13 - Distribuição de alunos em relação a drogas experimentadas.

RESPOSTAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA
Nenhuma droga	80	68,97%
Bebida alcoólica	26	22,41%
Cigarro	9	7,76%

Maconha	1	0,86%
----------------	---	-------

Fonte: De própria autoria,2019.

O consumo de álcool e cigarro pelos alunos, ainda é o maior desafio do PROERD, por se tratarem de drogas lícitas e ao alcance fácil dos alunos, muitas vezes incentivados dentro de casa, demonstra que precisam ser trabalhados de forma mais intensiva pelos instrutores. Pois ambas tabelas 11 e 13, tem quase que aproximada as informações, demonstrando que as legislações de venda de bebidas e cigarros precisam ser fiscalizadas e cumpridas. Ficando a sugestão de fazer campanhas publicitárias, voltadas para os pais e comerciantes quanto as sanções de fornecer as drogas lícitas para menores de 18 anos.

Portanto analisando os resultados obtidos ficou evidente que o programa tem uma grande contribuição na vida dos estudantes pesquisados através da pesquisa apresentada. Embora o ambiente pesquisado seja aquele responsável pelo ensino, questões sobre drogas e criminalidade muitas vezes não são discutidos.

Ficou evidente que os alunos que participaram do programa tiveram mais resistência ao uso de drogas, adquirindo mais conhecimento de como evitar o seu uso. A questão do policial militar dentro da sala de aula reforça muito está conscientização junto aos alunos, pois a rotina diária cria um vínculo, passando de instrutor para amigo o policial militar junto aos alunos. Os dados apresentados reforça outras pesquisas de que a influência de amigos é um dos grandes fatores para o uso de drogas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre o PROERD em São Borja se faz necessário, pois se trata de avaliar o impacto que esta política pública de segurança, causa na comunidade escolar, sendo na atualidade a única política pública utilizada pela Brigada Militar, necessitando ser constantemente pesquisada, para que as informações obtidas possam aumentar os resultados positivos na sua aplicação. Sendo que este projeto foi desenvolvido pelos instrutores junto às escolas se e tornou disciplina, quase, obrigatória para os alunos.

A pesquisa teve por motivação o crescimento da criminalidade e da violência, pois tem despertado a preocupação dos gestores públicos na implementação de ações governamentais na área de segurança pública. As mudanças podem ser percebidas na aplicação de políticas públicas de segurança pública de forma racional, com a participação do município, da comunidade e do próprio poder estatal na prevenção da violência (RIBEIRO, 2008).

As explicações para a violência são muitas, e está ligada às condições sociais, como desemprego, desigualdade social e desestrutura familiar. Colabora para o aumento da violência o tráfico de drogas ilícitas e o consumo de álcool, contribuindo para a maior incidência da violência doméstica e violência contra as crianças e adolescentes (ABRAMOVAY, 2002).

A maioria das ocorrências com usuários de droga, se dá por estes quererem manter seus vícios e cometem furtos e roubos, apropriando-se de objetos da casa de seus pais e de terceiros, a fim de trocar por drogas. Por outro lado, há a contribuição dos traficantes no aumento da criminalidade, pois, para manterem seus pontos de droga, cometem vários crimes, dentre estes cito os homicídios, visto que estão sempre na disputa e defesa de seus territórios.

O efeito de quem usa drogas não se restringe apenas a “quem propriamente usa”, trazendo consequências desastrosas, destruindo famílias e enfraquecendo a sociedade, acarretando perdas econômicas para todos, sendo que, com o aumento da violência é necessário aplicar mais dinheiro para contê-la, recurso este, que poderia ser investido em educação, saúde, geração de empregos.

A juventude enfrenta tensões e pressões relacionadas às características próprias da idade e do contexto social na qual está inserida. Além dos problemas específicos da idade, muitos jovens se encontram em condições desfavoráveis em meio à violência e à desigualdade social, havendo a necessidade de investimento em políticas públicas de prevenção ao uso de drogas.

Quando assumi a coordenação do PROERD da Brigada Militar em São Borja, pude sentir *in loco* a influência junto às escolas. O coroamento do sucesso do PROERD em São Borja precisava vir através de avaliação científica, para justificar a sua contribuição junto à prevenção ao uso de drogas. Com a evolução na forma de prevenir o crime, está importante ferramenta tem contribuído para que os índices de violência atinjam níveis aceitáveis pela sociedade.

A proposta da pesquisa foi mostrar o quanto o PROERD poderia influenciar na vida dos alunos na hora de tomar decisões importantes, relativo às drogas, pois é nítido e público, que a causa de tanta violência é decorrente das drogas. A avaliação dos instrutores se faz importante para justificar a confiança que o aluno tem com o instrutor, quando cita este como uma autoridade que relataria um crime. Embora o instrutor ser um policial militar, quando perguntado para que relataria um crime, 31,76% (Figura 12) comunicaria para o instrutor do PROERD. A pesquisa mostra o grau de satisfação dos estudantes com o instrutor, quando 71,76% atribui a nota 10 para o policial. Portanto o contato do instrutor e aluno diminui distancias, gerando mais confiança e melhorando a imagem da instituição.

Ao final da dissertação, é importante contextualizar sobre da importância de expandir o PROERD para todas as escolas do município, para que assim os alunos de 5º e 7º ano possam ter a oportunidade de participar do projeto. Para que isto aconteça tem que haver um aumento de instrutores para que a demanda seja atendida, pois a prevenção aproxima o policial da escola e da família.

A pesquisa apresentou os seguintes resultados, referente aos 85 alunos pesquisados que realizaram o PROERD.

- a) 100% fizeram o PROERD;
- b) 82,35% lembram do significado do PROERD;
- c) 95,29% se tornaram mais seguro e responsável;
- d) 95,29% tiveram o conhecimento ampliado sobre as drogas;
- e) 31,77% já tinham experimentado cigarro, álcool ou outra droga antes do PROERD;
- f) 21,18% experimentaram cigarro, álcool ou outra droga depois do PROERD;
- g) 94,11 indicaria o PROERD para amigos e familiares;
- h) 97,65% acreditam que o PROERD funciona como programa de prevenção;
- i) 91,76% passaram a respeitar mais a Brigada Militar depois do PROERD;
- j) 97,65% os pais acharam importante seus filhos terem feito PROERD;

- k) 95,29% relatariam problema ou crime para policial militar e instrutor do PROERD;
- l) 71,76% atribuíram nota 10 ao PROERD;
- m) 76,47% atribuíram nota 10 para o instrutor do PROERD;
- n) 41,23% atribuíram a influência de amigos a experimentar drogas;
- o) 95,30% os assuntos foram de fácil compreensão;
- p) 78,82% as aulas eram práticas;
- q) 29,41% mudaram o seu modo ver o policial militar após o PROERD;
- r) 89,41% tiveram alterações no seu comportamento após o PROERD.

Com relação aos alunos entrevistados que não fizeram o PROERD:

- a) 54,31% ouviram falar do PROERD;
- b) 87,93% relatariam problema ou crime para policial militar;
- c) 53,45% atribuíram a influência de amigos a experimentar drogas;
- d) 31,03% experimentaram cigarro, álcool ou outra droga;

A pesquisa apresentou que o PROERD tem uma eficácia de 66%, ou seja, os alunos entrevistados que estão inseridos no PROERD tem mais resistência ao uso de drogas tendo em vista que os alunos que participaram do curso mudaram seu comportamento, colocando em prática as lições aprendidas em sala de aula, com relação aos alunos que não possuem o curso.

A Política de Segurança Pública que conjugam estratégias de prevenção, controle e repressão à criminalidade têm maior potencial de efetividade. Quanto mais capazes forem os gestores da segurança pública em incorporarem essa racionalidade gerencial às suas atividades cotidianas, maiores são as possibilidades de a sociedade brasileira alcançar sucesso na contenção da violência. Portanto a pesquisa comprovou através dos dados e da avaliação a eficácia do PROERD como Política Pública de Segurança Pública em São Borja, e sendo salutar dentro das escolas, pois a coleta de dados apresentou respostas positivas para justificar a sua aplicação.

Por fim espera-se que os resultados obtidos sejam utilizados pelo Comando da Brigada Militar, para direcionar seus esforços para a utilização desta política pública junto às escolas de todo o Estado. É uma forma de policiamento, que se baseia na prevenção, devendo ser plenamente aplicado no 5º e 7º ano, para alcançar o maior número de adolescente.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena et al. **Estação Juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas**, 2014.

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. 2002.

AMORAS, Fernando Castro; RODRIGUES, Laércio Gomes. Avaliação das políticas públicas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 101, p. 135-138. 2009.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. *In*: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 43-56, 2001.

BONAT, Juliana Helena. **Avaliação de Políticas Públicas: uma revisão teórica**. Trabalho de conclusão de Especialização em Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná, 2011.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2018.

CAVALCANTE NETO, Miguel Liborio. **Polícia comunitária e sociedade**. Curso nacional de multiplicador de polícia comunitária. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CHARLOT, Bernard. A Violência na Escola: Como os Sociólogos Franceses Abordam essa Questão. **SOCIOLOGIAS**, v. 4, nº. 8, p. 432 – 443. 2002.

DALBOSCO, Jari Luiz. **Teorias sobre a polícia comunitária**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

D.A.R.E America. **About: D.A.R.E. America**. Disponível em <dare.org/about>. Acesso em: 14 abr. 2017.

DRAIBE, Sônia M. **Estado de bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986.

HAM, Christopher, and Michael Hill. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino, Campinas: Atlas, 1993.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades** – São Borja. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>. Acesso em: 07 Jul. 2018.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim de Análise Político Institucional**. Brasília: Ipea, 2011.

LOPES, Hálisson Rodrigo; LEMOS, Natália Spósito. Aspectos constitucionais da segurança pública. **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, v. XIV, n. 93, 2011.

LOPES, Maria Júlia Belota. **Relações interpessoais, conflitos e as formas de intervenção**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

MARIANTE, Helio Moro. **Crônica da Brigada Militar gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989. 119p.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PACHECO, Júlio César de Carvalho. **Os Direitos Sociais e o Desenvolvimento Emancipatório: Globalização, crise do Estado-nação, flexibilização, mandado de injunção, proibição do retrocesso social e outros temas jurídicos**. Passo Fundo: Imed, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed.. Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n.5, p. 1271-1294. 2012

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REVISTA EXAME. **Brasil é maior consumidor de drogas da América do Sul**, diz EUA. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-maior-consumidor-de-drogas-da-america-do-sul-diz-eua/>>. Publicado em: 03 mar. 2011. Acesso em: 05 ago. 2018

RIBEIRO, Ludmila; PATRÍCIO, Luciane. Indicadores para o monitoramento e avaliação das políticas municipais de segurança pública: uma reflexão a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 2, n. 3, p. 6-29, 2008.

ROLIM, Marcos. **Guia para a prevenção do crime e a violência**. Brasília: Ministério da Justiça, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. **Sociologias**, v. 8, p. 16-32, 2002.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Introdução a teoria das Políticas Públicas. *In: Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. Teoria geral dos direitos fundamentais. *In: SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2017.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Brigada Militar. **Nota de Instrução de Ensino e Treinamento**, nº 5 1. Porto Alegre, 2011.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. *In: Sento-Sé, João Trajano (org.). Prevenção da violência: O papel das cidades*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

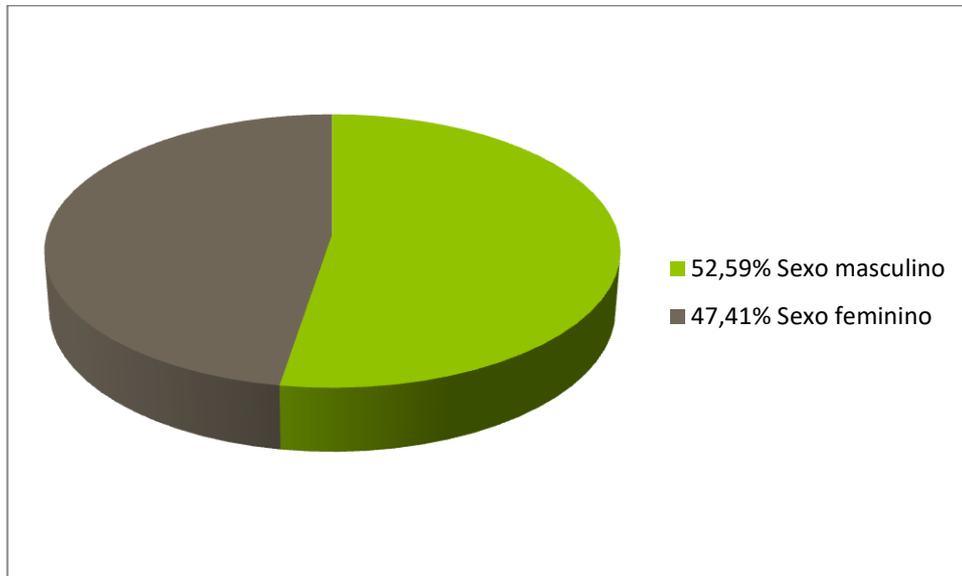
SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 2006, n.16, pp.20-45.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **O Mapa da Violência, Adolescente de 16 a 17 anos no Brasil**. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. 2015.

APÊNDICE I – GRÁFICOS REFERENTE À PESQUISA

Gráfico 20: Ideologia de gênero de quem não participou do PROERD.



Fonte: De própria autoria, 2019.

APÊNDICE II – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO PROERD**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE PARTICIPARAM DO PROERD NO 5º ANO E ATUALMENTE ESTÃO FREQUENTANDO O __º ANO, DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Este questionário é destinado aos alunos do __º ano e faz parte de uma pesquisa do mestrando em Políticas Públicas Isaac Carmo Cardozo da Unipampa de São Borja para verificar o diagnóstico de efetividade do programa junto aos jovens das escolas públicas. A participação é muito importante para a publicidade do programa. As respostas deste questionário serão mantidos em segredo. Escolha apenas uma alternativa.

Data da realização da pesquisa: ____/____/2019.

1. Qual a sua idade: _____ anos.

2. Gênero: masculino () feminino ()

3. Você participou do PROERD na sua escola?
() Não () Sim

4. Você lembra do significado do PROERD?
() Não () Sim

5. As aulas do PROERD ajudaram você a ser mais seguro e responsável?
() Não () Sim

Porque: _____

6. Após participar das aulas do PROERD seu conhecimento sobre o uso de drogas e as consequências foi ampliado?
() Não () Sim

Porque: _____

7. Já tinha experimentado cigarro, álcool ou outras drogas ANTES das aulas do PROERD?
() Não () Sim, qual: _____

8. Experimentou cigarro, álcool ou outras drogas DEPOIS de ter se formado no PROERD?
() Não () Sim, qual? _____

9. Indicaria o PROERD para amigos e ou familiares?
() Não () Sim

Porque: _____

10. Você acredita que o PROERD funciona como programa de prevenção, evitando a violência e o envolvimento com drogas?

Não Sim

Porque: _____

11. Você passou a respeitar mais a Brigada Militar depois que fez o PROERD?

Não Sim

Porque: _____

12. Seus pais acharam importante você ter feito o PROERD?

Sim Não

Porque: _____

13. Se você tivesse que relatar sobre um problema ou crime para uma autoridade. Para quem falaria?

Policia Militar Instrutor PROERD Outra autoridade.

Qual _____

14. Qual a nota de zero (0) a 10 (dez) você atribui ao PROERD?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

15. Qual a nota de zero (0) a 10 (dez) você atribui ao seu Instrutor PROERD?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

16. Na sua opinião o que leva o aluno a experimentar drogas?

- (A) Curiosidade.
- (B) Para chamar a atenção dos pais
- (C) Influência de amigos
- (D) Para ser aceito no grupo

17. Faça um X se você experimentou alguma dessas drogas abaixo:

- (A) Bebida alcoólica
- (B) Cigarro
- (C) Maconha
- (D) Crack
- (E) Outras drogas: Qual: _____
- (F) Nenhuma

18. A forma como os assuntos foram abordados foram de fácil compreensão?

Sim Não.

Porque: _____

19. A aulas eram muito teórica ou praticas?

Teóricas Praticas

20. O seu modo de ver o policial militar é o mesmo de logo após ter feito o Proerd?

Sim Não.

Porque: _____

21. Avaliar se as orientações através das lições promoveram alterações no seu comportamento?

Sim

Porque: _____

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS QUE NÃO PARTICIPARAM DO PROERD

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS QUE NÃO PARTICIPARAM DO PROERD NO 5º ANO E ATUALMENTE ESTÃO FREQUENTANDO O ___º ANO, DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Este questionário é destinado aos alunos do ___º ano e faz parte de uma pesquisa do mestrando em Políticas Públicas Isaac Carmo Cardozo da Unipampa de São Borja para verificar o diagnóstico de efetividade do programa junto aos jovens das escolas públicas. A participação é muito importante para a publicidade do programa. As respostas deste questionário serão mantidos em segredo. Escolha apenas uma alternativa.

Data da realização da pesquisa: ____/____/2019.

1. Qual a sua idade: _____ anos.

2. Gênero: masculino () feminino ()

3. Você ouviu falar no PROERD?
() Não () Sim. Através de quem?

4. Se você tivesse que relatar sobre um problema ou crime para uma autoridade. Para quem falaria?

() Policia Militar () Outra autoridade.

Qual _____

5. Na sua opinião o que leva o aluno a experimentar drogas?

(E) Curiosidade.

(F) Para chamar a atenção dos pais

(G) Influência de amigos

(H) Para ser aceito no grupo

6. Faça um X se você experimentou alguma dessas drogas abaixo:

(G) Bebida alcoólica

(H) Cigarro

(I) Maconha

(J) Crack

(K) Outras drogas: Qual: _____

(L) Nenhuma

7. Qual a idade que você tinha quando experimentou a droga acima marcada?

Resposta: _____ Anos.

APÊNDICE IV – SOLICITAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**SOLICITAÇÃO**

Eu, Isaac Carmo Cardozo, RG 2047760554, policial militar, solicito autorização para realizar a aplicação de um questionário com os alunos do 6º, 7º e 8º ano da Escola Municipal Duque de Caxias. A pesquisa tem por objetivo avaliar o Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD) da Brigada Militar.

A pesquisa é coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Unipampa, que poderá contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do Telefone: nº (55) 3430 9850 ou e-mail: mppp.unipampa@gmail.com.

Os alunos que aceitarem participar do questionário, não irão receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Os objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é a forma de testar sobre a hipótese de efetividade ou não do PROERD.

Fica esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas da Unipampa. A colaboração será de forma anônima, por meio de respostas ao questionário.

São Borja, 18 de Junho de 2019.

ISAAC CARMO CARDOZO

RG: 2047760554

APÊNDICE V – AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA**AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE ALUNO SOBRE O PROGRAMA SOBRE PREVENÇÃO E USO DE DROGAS E VIOLÊNCIA NA ESCOLA – PROERD**

Autorizo a participação do aluno (a) _____, participante da Turma do PROERD – 2006, a participar da pesquisa de avaliação sobre o **Programa Sobre Prevenção E Uso de Drogas E Violência na Escola – PROERD**, na Escola Municipal Duque de Caxias no dia 24/06/2019, às 09h.

Autorizo:

Em: ____ / 06 / 2019 .

Nome: _____

Identidade: _____

ANEXO IV – LEI ESTADUAL Nº. 13.468/2010 – INSTITUI PROERD

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Gabinete de Consultoria

Legislativa LEI Nº 13.468, DE 15 DE JUNHO DE 2010.

(publicada no DOE nº 112, de 16 de junho de 2010)

Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º - Fica instituído o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, baseado no modelo internacional “Drug Abuse Resistance Education” – D.A.R.E., a ser desenvolvido nas redes de ensino público e privado do Estado do Rio Grande do Sul e entidades interessadas, bem como em forma de orientação para pais, mediante a realização de ações preventivas e cooperativas entre a Brigada Militar e demais entes envolvidos com o Programa.

Parágrafo único - A metodologia utilizada para o desenvolvimento do PROERD poderá ser dirigida às séries do Ensino Fundamental e às séries do Ensino Médio, com planejamento adequado às idades, a ser regulamentado pela Brigada Militar.

Art. 2.º - O PROERD será organizado e gerenciado exclusivamente pela polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul – Brigada Militar, constituindo-se em tema transversal, de acordo com a matriz curricular pedagógica nacional e os parâmetros curriculares nacionais, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo único - As escolas e entidades interessadas em participar do PROERD comporão um cadastro organizado pela Brigada Militar.

Art. 3.º - O PROERD terá como ação preponderante a prevenção, através de metodologia de ensino baseadas nas seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania;

II - desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes das redes pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul;

III - desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas, destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental do usuário;

IV - desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes da dependência química e a criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, ao uso de drogas;

<http://www.al.rs.gov.br/legis 1>

V - orientação das crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas; e

VI - desenvolvimento de um trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes de palestras, que atenderá à política da Secretaria de Segurança Pública.

Parágrafo único - As atividades inseridas nos incisos deste artigo poderão ser direcionadas à capacitação dos pais dos alunos da rede de ensino público e privado, com a aplicação de metodologia específica para adultos.

Art. 4.º - A Brigada Militar, para a implementação do PROERD, fica autorizada a celebrar convênios, termos de cooperação técnica, entre outros meios de parceria, que terão como objetivo primordial a destinação de recursos e de custeio e investimento para divulgação, operacionalização das ações e aquisição de material didático.

Art. 5.º - A Brigada Militar, para a implementação do PROERD, poderá receber recursos de custeio próprios para o desenvolvimento essencial de suas atividades, o que será objeto de regulamentação pela Corporação.

Parágrafo único - Os recursos tratados no art. 4.º desta Lei poderão ser direcionados ao PROERD na respectiva Lei Orçamentária, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de orçamento previsto para a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 6.º - O quadro de efetivos da Brigada Militar que comporá e desenvolverá o PROERD será constituído de servidores militares estaduais, ativos e inativos, integrantes da Corporação.

Parágrafo único - A participação do efetivo no PROERD é matéria a ser regulamentada pela Brigada Militar, atendendo-se à finalidade de garantir a execução das ações estabelecidas no art. 3.º desta Lei. Art.

7.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de junho de 2010.